



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 67

II Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 20 de julho de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (Substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Bruno Belo*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, a sessão iniciou-se com a continuação do debate do [Projeto de Resolução n.º 92/XI – “Recomenda ao Governo Regional a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira docente”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Assim, usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Jorge Jorge (PSD), André Bradford (PS), Artur Lima (CDS-PP), Zuraida Soares (BE), Paulo Estêvão (PPM), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*) e o Sr. Secretário

Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado André Bradford (*PS*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os/as Srs./as Deputados/as Zuraida Soares (*BE*), Maria João Carreiro (*PSD*), Sónia Nicolau (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*) e João Corvelo (*PCP*).

Seguiu-se o **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XI – “Recuperação do tempo de serviço do pessoal docente”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a justificação da urgência pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado João Ávila (*PS*).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*) e André Bradford (*PS*).

Sucedeu-se o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 114/XI – “Recomenda ao Governo dos Açores que contabilize o tempo de serviço docente de acordo com a solução nacional, tendo em conta as especificidades regionais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Justificada a urgência e dispensa de exame em comissão pela a Sra. Deputada Susana Costa, usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por unanimidade.

Passou-se de imediato ao [Projeto de Resolução n.º 114/XI – “Recomenda ao Governo dos Açores que contabilize o tempo de serviço docente de](#)

acordo com a solução nacional, tendo em conta as especificidades regionais”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação da iniciativa coube à Sra. Deputada Sónia Nicolau (PS), tendo participado no debate os/as Srs./as Deputados/as Maria João Carreiro (PSD), Zúrida Soares (BE), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), João Corvelo (PCP), Francisco César (PS), Jorge Jorge (PSD), José Contente (PS), Sónia Nicolau (PS), André Bradford (PS), Paulo Estêvão (PPM), Artur Lima (CDS-PP), Duarte Freitas (PSD) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Artur Lima (CDS-PP).

Por fim, foi colocada à votação a **proposta de deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de julho**, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 13 horas e 42 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, vamos começar pela chamada, como é habitual.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dionísio Medeiros Faria e **Maia**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

João Paulo Lopes Araújo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

César Leandro Costa Toste

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Artur Manuel Leal Lima

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Maria da Graça Amaral da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos continuar o debate exatamente onde, ontem, o terminamos.

Está inscrita a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(* **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, já muito foi dito, ontem e na própria terça-feira, em relação a esta questão da recuperação do tempo de serviço, nomeadamente aqui na Região, a recuperação deste tempo que foi trabalhado, que foi prestado pelos professores dos Açores.

Entretanto e ao longo também das declarações, até mesmo da própria bancada do Partido Socialista, na voz das Deputadas Susana Costa e Sónia Nicolau, vem dizer e diziam: qual era a pressa? Porquê esta pressa toda de quererem recuperar este tempo? Pois, sem dúvida, a pressa, ela existe, porque, perante esta situação das reivindicações que têm existido, a verdade é que o tempo não para, as coisas acontecem e temos um ano letivo à porta. E, portanto, há pressa porque isto é uma situação que não é nova. É uma reivindicação que não é de agora. E, portanto, se nesta matéria temos autonomia para a resolver, não percebemos é o porquê de não avançar e o porquê deste compasso de espera.

Depois, também dizer que, efetivamente, quanto às declarações proferidas pelo Partido Socialista, percebemos que afinal o que o Sr. Secretário tem

assumido durante este período todo, que a Região irá assumir e adotar o que for adotado na República, agora, pelos vistos, e ao longo desta semana temos percebido que afinal não é assim! Que afinal não é assim, porque a verdade é que vem a bancada com as declarações proferidas pelo Sr. Presidente do Governo em novembro, mas a verdade é que o mundo não parou desde novembro de 2017. E, portanto, desde novembro de 2017 até agora muita coisa tem acontecido, nomeadamente o Sr. Secretário e o seu Diretor Regional que tornaram público que o que será assumido na Região é o que for adotado na República, ponto! Pronto!... E foi isto o que foi entendido, mas, pelos vistos, agora, a bancada do Partido Socialista vem dizer que o seu Secretário... se calhar, o seu Sr. Secretário não tinha lido bem a notícia das palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Região, mas isso é outra questão. Mas então o que eu lhe perguntava e perguntava também já que temos aqui o Secretário Regional da Educação e Cultura, o que eu perguntava era se, efetivamente, por parte do Sr. Secretário há aqui uma mudança de posição, e o que for adotado para a Região não será o que for adotado para a República, haverá mais qualquer coisa. E eu queria-lhe perguntar, Sr. Secretário, se efetivamente houve esta mudança de posição pela sua parte. Também queria, e no seguimento do que a Sra. Deputada Sónia Nicolau afirmou na sua intervenção, perguntar qual é que considera que será a motivação dos professores desta Região para iniciarem o próximo ano letivo. Também queria-lhe perguntar se considera que os professores estão a ser precipitados nesta situação, depois deste desgaste, depois do que têm manifestado. Ainda ontem tivemos uma grande manifestação em Ponta Delgada e isto tem que ser sinónimo de alguma coisa! Isto tem que transmitir alguma coisa! Não andamos aqui todos equivocados a reivindicar alguma coisa que não é válida ou que é uma precipitação! Acho que não é essa a situação.

E, para finalizar, queria só dizer que, primeiramente, temos que nos focar no que é que nos traz aqui a este debate e o que nos traz aqui a este debate é, sem dúvida, este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda. Pronto!... E é sobre isso que temos que nos debater e sobre a recomendação que está aqui em discussão, que é feita pelo Bloco de Esquerda, que é realmente a recuperação e iniciar-se o processo negocial, porque até por aquilo que vão dizendo em meias-palavras... e acho também que depois de tudo o que tem sido dito, as posições dos partidos acho que já foram transmitidas por todos. Quem nos ouve, os açorianos perceberam quais são as posições de uns e de outros e o caminho que cada um acha que se deve percorrer para alcançar o objetivo que é a recuperação do tempo de serviço.

E eu perguntava de uma forma clara e direta à bancada do Partido Socialista se o que defendem é efetivamente a recuperação da totalidade do tempo. É porque a verdade é que aqui a gente vai falando por meias-palavras, vai dizendo: – ah, vamos aguardar, porque no passado já se aguardou e até teve bons resultados... e porque também entendemos que é uma reivindicação justa. Mas nunca ninguém diz claramente! Mas então, afinal, entendem que deve haver uma recuperação da totalidade do tempo? Em que, pronto, é verdade, como dizia ontem a Deputada Susana e bem, que a verdade é que o caminho é que nos está aqui a divergir, que cada um entende que o caminho deve ser outro. Mas, independentemente do caminho, o objetivo final que o Partido Socialista entende como justo é a recuperação da totalidade do tempo? Porque é esta a questão que a gente não consegue... fica aqui a pairar no ar, digamos assim.

E digo-lhe uma coisa: oxalá, e depois de tudo o que já tem sido dito ao longo desta semana, que os professores vejam o seu tempo recuperado. Acredito que, depois de toda esta manifestação que tem existido, de toda a união que tem existido por parte dos professores, pelas posições também políticas de

cada Partido, acredito que isto também sirva de alguma coisa e que sirva também para o Governo, independentemente do caminho que considera o melhor ou não, alcancemos o objetivo final que é a recuperação da totalidade do tempo, que, no entender do CDS, não nos parece ser plausível estar a fazer-nos passar por toda esta situação na matéria em que é.

E, portanto, o que eu queria era exatamente perguntar... era clarificar e é isso que eu acho que os professores também precisam neste momento, é clarificar de uma forma clara e direta. Se o que querem é estar sempre e estão sempre a insinuar que no caso do passado se aguardou e se obteve bons resultados, o que quer isso significar é: – vamos aguardar pela República porque depois, se calhar, com mais umas coisinhas... mas a recuperação da totalidade do tempo é garantida. E eu acho que o que é preciso clarificar, por parte do Governo e por parte do Partido Socialista, é efetivamente o que é que consideram aceitável, justo, em termos de recuperação! É 3 anos? É 2 anos? É os 7 anos? O que é que é? Acho que é isto que falta, todos nós falarmos numa só língua e clarificar sem meias-palavras! Dizer de uma forma direta e aberta!

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares. Alerto que dispõe de cerca de 1 minuto.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, a Deputada Susana Costa referia: – qual é a pressa? Qual é a pressa? Fazia lembrar o António José Seguro quando também dizia: – qual é a

pressa? Qual é a pressa? Aqui há uns anos atrás. E que havia um processo negocial a decorrer, que tinha sido retomado a 11 de julho e, portanto, devíamos ter calma e devíamos aguardar.

Ora, primeiro do que tudo, esse processo negocial que está a decorrer é no continente. E nós aqui temos autonomia. Convém lembrar sempre, de vez em quando, que aqui nos Açores temos autonomia nesta matéria e não está a decorrer, que eu saiba, nenhum processo negocial. Mas, nos últimos dias de junho, ainda não havia nenhum processo negocial a decorrer no continente, e para não ser acusado de estar a citar ou de estar a interpretar mal, vou citar as palavras da Sra. Deputada Zuraida Soares, nos últimos dias do mês de junho, em que dizia assim: “Um governante que diz que não está disposto a negociar e que podem chamar a polícia ou queixarem-se ao tribunal é o grau zero da educação e o pior exemplo que o Secretário Regional pode dar aos alunos e às famílias desta Região”. Portanto, a vontade para negociar era zero!

Portanto, a pressa é esta, é a pressa dos professores verem o seu tempo, que efetivamente trabalharam, contado.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Muito bem!

O Orador: É a pressa de se dedicarem a 100% à escola, aos seus alunos, não andarem a perder forças, energias, a se esgotarem numa reivindicação mais do que justa pelo seu tempo de serviço.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Eu acredito que, hoje, ao fim de 1 ano letivo, com mais esta luta em cima, os professores estão extremamente esgotados! E deveriam estar a terminar o ano letivo em paz para poderem iniciar o próximo ano letivo, passadas as suas férias, de forma completamente cheia de energia e totalmente dedicada aos alunos. Essa é que é a pressa!

Também aqui foi mostrado, na terça-feira, este texto das declarações do Sr. Presidente do Governo, a 21 de novembro.

(Neste momento o Sr. Deputado mostra documentos à câmara)

Deputado André Bradford (PS): E distribuído!

O Orador: E distribuído.

Mas eu também tenho um texto de 21 de novembro, uma nota de imprensa do SPRA, que estas declarações foram feitas na saída de uma reunião com o SPRA.

Deputado André Bradford (PS): O SPRA disse o que o Presidente disse.

O Orador: E nós podemos ver o enquadramento... disse o que o Sr. Presidente disse.

Antes de mostrar exatamente o enquadramento, ainda vou ler aqui uma pequena parte que estava no meio do texto. Ontem, foram acusados de não ler até ao fim do texto, também não leram no meio do texto. E dizia assim e também tem a ver com a pressa que foi aqui... qual é a pressa: “Para o chefe do executivo açoriano, esta diferença de tempo (...)” Portanto, o tempo a menos que há para recuperar nos Açores em relação ao continente, dos 7 para os 9 anos. “(...) não é para atrasar o que quer que seja e não é razão para que se siga um processo mais demorado na Região.” Ou seja, era o próprio Presidente Vasco Cordeiro que dizia que, pelo facto de termos 7 anos para recuperar e não 9, não se devia perder tempo a negociar, que era o que o SPRA queria aqui para a Região, porque se ia aplicar o que se fizesse no continente. Foi isto... 21 de novembro.

Mas mais, na nota de imprensa do SPRA diz assim: “Questionado pelo SPRA (...)” ...

Deputado André Bradford (PS): Pois claro!

O Orador: Os senhores foram buscar as que quiseram!

Deputado André Bradford (PS): Vou buscar aquilo que eu quiser!

O Orador: “Questionado pelo SPRA (...)” Olhe, até já lhe vou ler mais: “Por parte do Governo Regional, na pessoa do seu Presidente, foi manifestada a indisponibilidade para encetar um processo negocial autónomo do nacional, referindo que todas as medidas que resultassem do processo negocial no continente seriam aplicadas na Região. Questionado pelo SPRA (...)” E aqui é que faz toda a diferença! “Questionado pelo SPRA sobre a eventualidade de virem a ser criados novos problemas decorrentes da aplicação das normas nacionais à Região, dadas as especificidades regionais, o Presidente do Governo comprometeu-se a analisá-las e a tratá-las no sentido da sua resolução favorável aos docentes da Região.” Portanto, era uma questão apenas de aplicar aquilo que fosse feito no continente e se houvesse alguma situação que fosse dúbia aos Açores...

Deputado André Bradford (PS): É a mesma coisa que a gente disse!

O Orador: Não, não é! É completamente diferente! O sentido que foi dado, ontem, às palavras do Sr. Presidente é que, desde 21 de novembro, estava à espera que se fizesse lá para depois aqui decidir. Não é assim! O que o Sr. Presidente respondeu ao SPRA é que era apenas nas especificidades da transição do nacional para o regional que depois se havia de analisar.

Portanto, a posição que o Governo defendeu foi sempre de fazer igual ao continente e apenas se houvesse uma ou outra especificidade, ter em conta a condição regional. Foi isto que foi sempre negociado! A autonomia foi metida numa gaveta, foi metida num bolso! Os professores da Região Autónoma dos Açores têm direito a uma carreira e têm direito à recuperação total dos seus anos de serviços! É isso que nós defendemos! E, mais uma vez, eu apelo ao bom-senso da bancada do PS para que resolva o problema dos professores.

Ao longo desta semana, foi aqui dito que na Madeira foi resolvido desta forma porque era ano de eleições.

Deputado José Ávila (PS): Mas os Açores não estão em eleições!

O Orador: Veio dessa bancada esta afirmação!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Ora, dessa bancada veio a afirmação que na Madeira tinham resolvido o problema aos professores porque era ano de eleições na Madeira ou que estavam em vésperas de eleições na Madeira. Pois, olha que coincidência! Em 2008 era ano de eleições nos Açores. Vejam lá a coincidência que isso representa!

Portanto, mais uma vez apelo: resolvam os problemas dos professores para que possam ir de férias de forma tranquila e para que guardem e tenham as suas forças a trabalhar para a escola e para os alunos!

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito bom dia.

Cá estamos nós, mais uma vez e com muito gosto, empenho e responsabilidade a analisar a questão da carreira do pessoal docente e da atualização dessa carreira.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Acho que o Governo pode utilizar essa figura regimental!

O Orador: Em primeiro lugar, gostava de tentar esclarecer algo que para nós é evidente, mas para a câmara é capaz de não ter ficado tão evidente assim, que é o facto de não haver, entre nós e a oposição, grande diferença de fundo na matéria que nós estamos a apreciar. O que há é uma diferença no método e no tempo que cada um acha que esta questão deve levar para ser resolvida. Nós temos um critério cauteloso. Nós achamos, como sempre foi dito desde a primeira hora, que a melhor solução para os professores dos Açores é aguardar a solução nacional...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Aguardar não é sinónimo de adotar!

O Orador: ... e, dadas as especificidades regionais, aplicar depois essa solução nos Açores. Os senhores acham que não...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sua excelência, dobre a língua, se faz favor!

O Orador: ... e, portanto, a diferença é essa!

Agora, faz-me alguma espécie que os senhores não queiram que seja verdade aquilo que o Sr. Presidente do Governo disse em novembro de 2017. Faz-me espécie! Mas porque é que não há de ser verdade, senhor? Mas porque é que, em novembro de 2017, no princípio de todo este processo, o Sr. Presidente do Governo não há de ter dito, como disse, que: primeiro, aguarda-se a solução nacional; segundo, atendendo às especificidades regionais, aplica-se essa solução nos Açores. Qual é o problema de isso ser verdade, senhores? Essa é a nossa perspetiva, é a forma como nós achamos, até porque no passado até já o fizemos, que salvaguardará melhor os interesses dos professores dos Açores!

E, portanto, nós temos um diferendo de análise quanto ao tempo que a questão deve demorar e a maneira como devemos proceder.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Governo está presente nesta câmara! Não o consigo ouvir!

O Orador: Não temos nenhum diferendo quanto à questão de fundo! E, portanto, não vale a pena dramatizar, ir buscar comunicados do SPRA, arranjar outras fontes... Não! O Sr. Presidente já disse! Está dito! Está aqui! É claro! E, portanto, parece-me que isso era importante esclarecer.

Depois, há aqui algo que tem que ser dito, quer dizer... é que (começamos pelo PSD) o PSD na República votou contra o Orçamento de Estado. Eu já sei o que é que os senhores vão dizer.

Deputado Paulo Parece (PSD): Então não diga mais nada!

O Orador: Isso é na República, aqui é outro PSD.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso é o grau zero da argumentação!

O Orador: Mas o PSD da República...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é pura demagogia!

O Orador: Eu ainda não disse nada! Eu ainda não disse nada, como é que é demagogia?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!...

O Orador: O PSD na República votou contra o Orçamento de Estado! O PSD diz logo que isso é República e nós aqui somos outro PSD, mas há no Grupo Parlamentar do PSD na República dois deputados que foram designados pelo PSD-Açores, que representam o PSD-Açores e que também votaram contra o Orçamento de Estado e esse Orçamento de Estado era o início da solução do problema das carreiras congeladas. Portanto, os senhores, na República, durante quase 5 anos, mantiveram congelada a carreira dos professores...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Que V. Exas. congelaram!

O Orador: ... e na primeira oportunidade de descongelar, os senhores na República votaram contra! Os senhores na República votaram contra!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Votaram contra a cadeia de São Miguel que está a ser feita e uma série de coisas que estão a ser feitas!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os professores dos Açores têm que saber que os senhores na República votaram contra!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, que fique esclarecido.

Segunda questão, Bloco de Esquerda, Sra. Deputada Zuraida Soares, a senhora acusou-me de fazer poesia. A senhora acusou-me de fazer poesia. Para mim é um elogio porque eu acho que não tenho capacidade de fazer poesia. Eu, por exemplo, acho que a senhora é muito boa, muito competente, a fazer slogans.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem! Cada um tem o seu dom!

O Orador: Também uma vantagem. Eu sou mais poesia e a senhora é mais slogans.

Bom, mas aquilo que eu fiz, ontem, na declaração política em nome da bancada parlamentar do Partido Socialista, foi deixar um alerta e um apelo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não chega!

O Orador: ... para a situação de um conjunto de trabalhadores desta Região que está há 2 anos...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Pois, mas é que eu nem consigo começar, quase, Sr. Deputado.

Bom, o que eu fiz, ontem, naquela tribuna, foi, em nome da bancada parlamentar do Partido Socialista, um alerta e um apelo para que se resolva a situação de um conjunto de trabalhadores que está há 2 anos a tentar rever uma tabela salarial de 2009, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não chega!

O Orador: ... que tem como valor médio 500 euros e que começa nos 437 euros, Sra. Deputada. Foi isso que eu fiz, ontem, ali! Farei todas as vezes que puder, até que a voz me doa...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não chega! Os apelos não chegam! É preciso medidas!

O Orador: ... porque esses senhores trabalhadores merecem ser acompanhados!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: E sabe porque é que eles não são acompanhados? Porque não estão integrados em nenhuma das grandes centrais sindicais. São um sindicato pequeno, independente, que luta há 2 anos pelos seus direitos, e eu usei aquela tribuna para defender trabalhadores que não têm ninguém que os acompanhe e que ganham 437 euros! E voltarei a fazê-lo as vezes que forem precisas!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PS esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como se deduz do teor do debate ocorrido nesta Assembleia, na passada terça-feira, dia 17, o Governo dos Açores não vai cumprir as pretensões do Bloco de Esquerda expressas neste Projeto de Resolução.

Como já foi dito por diversas vezes e como foi anunciado logo em novembro de 2017, aguardaremos pelo desfecho da negociação nacional recentemente retomada...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Viva a autonomia!

O Orador: ... e aplicaremos nos Açores a solução que vier a sair do debate...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Grande autonomista!

O Orador: ... entre o Governo da República e os sindicatos, na firme certeza de que esta estratégia reverte em benefício dos professores dos Açores, que já viram recuperados mais de 2 anos de serviço congelado referentes ao período de 2005 a 2007...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Guarde o papelinho para mais logo!

O Orador: ... e que ainda progredirão mais depressa por possuírem o melhor Estatuto da Carreira Docente do País, ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas isso é autonomia?

O Orador: ... entre outras coisas, porque destituído de quotas para efeito de progressão. E as coisas acontecem desta forma porque, para este Governo, a autonomia, em vez de um mero procedimento, é uma inequívoca vantagem! Ao contrário do Bloco de Esquerda e da generalidade da oposição que parecem valorizar, como aqui já se disse, a autonomia da forma, neste caso cingida à realização de umas tantas reuniões em redor de uma mesma mesa e sem qualquer garantia de sucesso; ao contrário do Bloco de Esquerda e da generalidade da oposição que parecem valorizar a autonomia da forma, o Governo valoriza a autonomia do conteúdo – o mesmo é dizer a autonomia

dos resultados – isto é, aquela autonomia que, neste caso dos professores em concreto, há de continuar a garantir a existência, nos Açores, da melhor carreira docente do País. E como é que isto acontecerá? Não será através da abertura de uma negociação regional em cima, em paralelo, ou em lugar da negociação nacional, mas será através de uma atenta análise, já anunciada em novembro passado, que não deixe os professores dos Açores, em particular e como classe, em situação de desvantagem no contexto nacional. Bem pelo contrário!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É certo que, no passado recente, as negociações nacionais caíram num impasse; é certo que, no passado recente, enfrentamos uma dura luta ainda não de todo debelada; mas é sobretudo certo que, a partir do passado dia 11, se reatou o diálogo que nos confere a esperança da busca e do encontro de uma solução.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *Fake news!*

O Orador: E é por isso que nós vamos aguardar na convicção, cada vez mais profunda, cada vez mais fundada, de que isso efetivamente acontecerá.

Perguntou-me a Sra. Deputada Zuraida Soares, no dia de ontem, se, no fim das negociações com a República, os professores terão todo o tempo contado no País e particularmente nos Açores.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não! Não! Não foi isso que perguntei!

O Orador: Neste momento, não sei em absoluto. Até porque poderão ser introduzidos nas negociações fatores diversos para além da contagem de tempo de serviço.

Também me perguntou o que é uma boa solução. Pois respondo muito simplesmente que uma boa solução é uma solução que responda a expectativas, que responda às expectativas das partes.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta nova negociação agora encetada na República, dia 11, vai ter outros contornos ainda secretos que numa negociação não se sabem – são contornos secretos. Mas já percebemos que traz um bónus, Sr. Secretário. É a negociação (como estava eu aqui a trocar impressões com a minha colega do lado, Zuraída Soares) que traz uma cenoura de bónus, não é? Que os senhores agora vêm com a reforma, enfim... com esses *faits divers* todos, para ver se efetivamente levam a bom porto e enganam a classe docente.

Ó Sr. Deputado Bradford, que não está, mas de qualquer maneira vou... Mas eu também não vou atacar o Sr. Deputado Bradford. Também só para lhe dizer, mas também digo ao Partido Socialista que... É só para fazer um esclarecimento, então, se me permite, porque nesta matéria respeito os colegas quando não têm tempo, Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Nós também!

O Orador: A diferença... o que há aqui não é uma questão de coerência, em primeiro lugar. É uma questão de prepotência da parte do Partido Socialista! E depois não é aqui uma diferença de tempo e de oportunidade entre oposição, Partido Socialista e Governo. Não! Há uma diferença de oportunidade e de tempo que não é entre nós, é entre vós, a classe docente e a comunidade educativa! Esses é que estão diferenciados de vocês! Esses é que não concordam convosco! Não somos nós, que estamos aqui o fazer o nosso papel! Agora, vocês estão diferenciados com toda a gente! É sobretudo de quem os senhores estão divorciados – da classe docente nos Açores. Nós

estamos a defender a classe docente nos Açores! Essa é a diferença que vos quero dizer.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário Regional, a autonomia de forma, a autonomia de conteúdo... “Bem prega Frei Tomás”, Sr. Secretário. Mas, para mim, como eu disse aqui na minha intervenção, na minha interpelação que fiz ao Governo, a autonomia só é válida quando nos permite crescer, avançar e ser melhor do que os outros. Melhor e mais depressa!

E, portanto, o que temos a obrigação de ter nos Açores é uma carreira melhor, para os docentes, que no continente! Essa é a obrigação da autonomia! Não é um favor! É uma obrigação, porque vivemos num arquipélago, porque temos necessidades diferentes, porque precisamos de coesão!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É esse conteúdo que é necessário, Sr. Secretário! E que os senhores não querem! E por isso mais rapidamente eles precisam ver a sua vida estabilizada, os seus aumentos efetivados; por isso precisam mais depressa que os outros. E foi isso que os senhores usaram em 2008 porque vos dava jeito, que era ano de eleições.

E autonomia de conteúdo e de resultados, Sr. Secretário, é exatamente isto, é fazer mais e melhor do que os outros! Neste momento, o senhor está a fazer menos e pior do que os outros! E isso é que é ser contra a autonomia de resultados, contra a autonomia de conteúdos! É sobretudo não ser autonomista! É, como diria, aqui, alguém, ontem: um crime que lesa a autonomia. É o que os senhores estão a fazer!

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o CDS esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Eu, ontem, fiz-lhe uma pergunta direta e completamente clara: se, após as negociações na República, for apenas considerado para progressão na carreira e descongelado 3 anos de serviço, 3 anos, o que é que acontece na Região Autónoma dos Açores? Esta é a pergunta!

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a cenoura, Zuraida!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi a intervenção do Sr. Deputado André Bradford e fiquei estupefacto! Fiquei absolutamente estupefacto! Então não é que o Sr. Deputado adotou o comportamento (e vou dizer insetos sem desprimor) daqueles insetos que se misturam entre as vítimas para as poder comer! E o que é que o Sr. Deputado fez? – Não!... Nós e oposição, a mesma coisa! Nós, o Bloco de Esquerda, o PPM e o PSD somos todos a mesma coisa!... Defendemos tudo a mesma coisa!... – Qual é a diferença? – perguntei eu. Qual é a diferença entre o PS e os outros partidos que aqui estão? E, portanto, esta é uma técnica de camuflagem, mas não é muito eficaz, Sr. Deputado, porque, eu vou-lhe dizer, o Sr. Deputado tem diferenças significativas em relação aos outros partidos nesta matéria. Mas tem uma que é fundamental, sabe qual é? Eu vou-lhe dizer...

O que eu lhe pergunto é: nós, aqui, todos os outros partidos, reconhecemos e assumimos a responsabilidade política...

Deputado André Bradford (PS): Não tenho tempo para responder!

O Orador: Olhe, não tem tempo para resposta, pode fazer como disse uma vez o Sr. Presidente do Governo Regional, Carlos César: – então abane com a cabeça que sim ou que não.

(Risos da câmara)

Deputado André Bradford (PS): Abanarei!

O Orador: Portanto, é algo que o senhor poderá utilizar, essa técnica. Devolvo-lhe a afirmação do seu ex-presidente.

Então, quero dizer-lhe o seguinte... Para que a sua camuflagem corresponda à realidade, o senhor tem que dizer o seguinte: o senhor reconhece que o Partido Socialista e o Governo Regional, neste caso o Governo Regional, deve recuperar os 7 anos de serviço. Deve recuperar integralmente os 7 anos de serviço dos docentes. Se o senhor disser isto... Pode abanar com a cabeça sim ou não. Se o senhor disser isto é igual a nós! Pode vir para aqui, pode vir para este clube, ...

Deputado André Bradford (PS): Não quero!

O Orador: ... pode vir para aqui. Pode sentar-se aqui ao meu lado. Até aí, enquanto o senhor não disser isso, que recuperamos integralmente os 7 anos de serviço, o senhor está a camuflar-se e o senhor não defende a mesma coisa que nós! E o senhor está ou não está a defender o mesmo tipo de políticas em relação aos professores? A pergunta é sim ou não! O senhor compromete-se a recuperar integralmente os 7 anos de serviço? Sim ou não? Não responde!... Está-lhe vedada a travessia para este lado do plenário.

Eu devo-lhe dizer, para terminar, Sra. Presidente, devo-lhe dizer... desmontada que ficou feita essa camuflagem devo-lhe dizer o seguinte: o que é importante é sentido de responsabilidade nesta questão, se os senhores

consideram que é justa a recuperação do tempo de serviço. E vejam bem! Os professores, em nenhum momento, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... estão a pedir para serem ressarcidos do prejuízo que já tiveram pelo facto de não lhes ter sido contado este tempo de serviço em devido tempo. Estamos a falar de milhões de euros se essa exigência fosse feita. E não está a ser feito! Portanto, os professores o que estão a fazer é uma luta séria! Uma luta séria e justa, porque nem sequer estão a pedir, como em muitas outras ocasiões já sucedeu, para serem ressarcidos do tempo de serviço que exerceram, em devido tempo. O que estão a pedir é que esse tempo, agora, lhes seja contado, ainda por cima de forma faseada. Eu penso que esta posição, esta reivindicação, é uma reivindicação justa e é uma reivindicação que não tem nenhum tipo de exagero! E se os senhores consideram que é justo, se os senhores consideram que devem acompanhar estas posições...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu termino, Sra. Presidente. E termino lançando-lhe novamente... eu sou um pouco repetitivo nestas questões, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não é só nessas!

O Orador: ... mas isso também é defeito profissional. É só a revisão da matéria dada. É só para lhe dizer o seguinte: sim ou não? Sim ou não, o senhor reconhece que deve ser recuperado de forma imediata o tempo de serviço dos professores, os 7 anos dos professores? Sim ou não?

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar!

O Orador: O seu truque da camuflagem ficou bem visível neste Parlamento!

Presidente: O PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Secretário Regional para os Assuntos Parlamentares, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Em primeiro lugar, uma resposta direta à Sra. Deputada Zuraida Soares para lhe dizer que, na nossa perspetiva, não faz qualquer sentido estarmos a discutir...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Eu perguntei alguma coisa ao Sr. Secretário?

O Orador: Perguntou ao Governo e eu estou aqui a representar o Governo também.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Eu perguntei ao Sr. Secretário Regional da Educação.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!...

Deputado André Bradford (*PS*): Então não é o Governo que decide como é que responde e quem é que responde? Também vou passar a escolher os Deputados do PSD que respondem.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!...

O Orador: Sra. Deputada Zuraida Soares, se me permitir que lhe responda, não faz qualquer sentido, na nossa perspetiva, estar a discutir cenários hipotéticos à volta desta questão. E sobre esta matéria as posições de todos são amplamente conhecidas. As posições de todos os partidos políticos e, desde logo, do Governo Regional são amplamente conhecidas de todos.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): E as não respostas também!

O Orador: Desde logo, daquilo que tem sido o debate público à volta desta matéria; daquilo que têm sido as reuniões e os encontros entre os partidos, o Governo e os representantes dos professores; daquilo que resulta também da discussão que nós tivemos aqui, na terça-feira de manhã (eu espero não estar a interromper os apartes dos Srs. Deputados com a minha intervenção. Muito

obrigado), onde também, amplamente, por iniciativa do Bloco de Esquerda, discutimos esta questão. E por isso é importante dizer também o seguinte: o Governo dos Açores ouve com muita atenção e com grande responsabilidade as reivindicações e preocupações dos parceiros sociais dos Açores, como são também os sindicatos representativos dos docentes e como são também os professores da nossa Região, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Aí vem o SPRA!

O Orador: ... desde logo porque essa é uma responsabilidade do Governo Regional e, desde logo, também por aquilo que representam os professores para sociedade açoriana e para o médio prazo da nossa Região, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... pela importância que têm na construção do futuro dos Açores e isso é absolutamente inquestionável. E sempre assim foi, quer por aquela que tem sido a ação do Governo dos Açores quando se trata das políticas de educação e quer também pelo respeito que naturalmente temos que ter pelos grupos profissionais da nossa Região, onde os professores não são exceção. Mas também é importante que se diga e é bom que no debate político tenhamos a capacidade e seriedade de analisar aquilo que está em causa e o histórico de todas estas questões. Eu reconheço ao Bloco de Esquerda a coerência de quem tem sido defensor dos professores, umas vezes mais, umas vezes menos, com divergências, com concordâncias, com convergências, mas reconheço-lhe essa coerência, reconheço a outros partidos aqui, mas também é importante sinalizar aqueles que agora têm pelos professores o que se poderia chamar “uma paixão de verão”, como é o caso, por exemplo, do PSD. Porque não se pode, neste debate, e eu percebo as tentações de aproveitar a onda da contestação na rua, eu percebo perfeitamente, faz parte da génese da vida partidária, mas nós não podemos reescrever a história, não nos podemos esquecer do passado recente, não nos

podemos esquecer quando quem poderia apoiar o descongelamento das carreiras não o fez!

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

Deputado Paulo Parece (PSD): O António Costa fez o mesmo!

O Orador: Nós não nos esquecemos quando o anterior Primeiro Ministro, Pedro Paços Coelho, sugeriu aos professores que emigrassem, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... que aproveitassem a língua portuguesa para ir para os países da CPLP dar aulas! Primeiro Ministro, forte e convictamente apoiado pelo PSD-Açores!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não me diga que não fez o mesmo!

O Orador: E, nessa altura, o Governo dos Açores (Sr. Deputado Artur Lima, que agora não está na sala) usando a autonomia dos Açores protegia os professores, protegia os açorianos e garantia a manutenção dos rendimentos na nossa Região a várias classes profissionais e também aos professores!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E também é preciso dizer o seguinte: eu percebo as posições que estão em discussão! As posições dos partidos políticos, as posições dos professores, nós ouvimo-las com muita atenção, mas é bom que não se esqueça, com a serenidade que se impõe nesta matéria, nós estamos a meio de um processo.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito mau!

O Orador: Nós estamos a meio de um processo e temos a convicção que este processo acabará em bem para todas as partes, desde logo para os professores dos Açores.

Eu percebo que os senhores queiram aproveitar a onda da contestação. Eu percebo que os senhores olhem para os professores como alguém que vos pode agora garantir mais votos porque estão a contestar!

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor vai lembrar-se dessa frase!

O Orador: Mas temos que tratar essa matéria com responsabilidade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!...

O Orador: Nós estamos a meio de um processo e temos a convicção que este processo acabará bem.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!...

O Orador: E, Sras. e Srs. Deputados, falou-se muito aqui de estar ao lado, de estar à frente, de estar atrás. Ó Sras. e Srs. Deputados...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!... Sras. e Srs. Deputados! Srs. Deputados!... Srs. Deputados!!

O Orador: Os apartes são regimentais e a barulheira não é!

Presidente: Sr. Secretário Regional, pode continuar.

O Orador: E, Sras. e Srs. Deputados, nós ouvimos falar de quem tem a “camisola amarela”, quem está ao lado, quem está atrás, quem está à frente... Ó Srs. Deputados, quem olha para a história recente dos Açores tem a leviandade de pôr em causa o trabalho que o Governo dos Açores e o Partido Socialista têm desenvolvido ao lado dos professores da nossa Região, só porque agora circunstancialmente dá jeito aproveitar a onda da contestação?! Sras. e Srs. Deputados, o Governo dos Açores está ao lado não só dos professores, o Governo dos Açores está ao lado das reivindicações que são justas, que são corretas!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então não são justas as reivindicações?

O Orador: E nós reconhecemos que as reivindicações dos professores são justas, são corretas, são acertadas!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Que vergonha! *Shame on you!*

O Orador: E, para terminar, Sra. Presidente...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!...

O Orador: E, para terminar, Sra. Presidente, volto a dizer o seguinte: as posições de todos são conhecidas, respeitamos e ouvimos com atenção as posições de todos e cá estaremos, como sempre, a dar resposta a essas reivindicações, a proteger quem tem que ser protegido e a apoiar as reivindicações que são justas e que são legítimas!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Secretário pensa sempre que está num comício!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este discurso do Sr. Secretário Regional da Presidência só pode ter algum pingo de verdade se o Sr. Secretário Regional da Educação responder claramente à pergunta que eu lhe fiz: se no continente apenas forem reconhecidos 3 anos aos docentes, o que é que acontece na Região Autónoma dos Açores? Sem resposta direta a esta pergunta, aquilo que o Sr. Secretário Regional da Presidência fez foi um comício.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): E bom!

Deputado José San-Bento (PS): O que é que a senhora fez até agora? É preciso ter uma lata!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo. A Mesa também não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima falou aqui da autonomia. Realmente é verdade que através da autonomia da forma, da autonomia do conteúdo, nós, aqui na Região, ficamos à frente e estamos à frente em muitos cenários, em muitos aspetos e concretamente também ao nível de uma carreira docente mais favorável. E a autonomia de agora, seja ela mais formal, mais de conteúdo, é aquela mesma autonomia que vai garantir uma melhor carreira docente nos Açores do que no demais País.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas como? Mas como?

Deputado Jorge Jorge (PSD): Mas como?

O Orador: Há uma coisa que eu tenho efetivamente que repetir aqui: não será através da abertura de uma negociação regional em cima, em paralelo, ou em lugar da negociação nacional, mas sim e através de uma atenta análise, há muito anunciada, que não deixe e não vai deixar os professores dos Açores, em particular ou como classe, em situação de desvantagem no contexto nacional. Repito, bem pelo contrário! Bem pelo contrário!

Sra. Deputada Zuraida Soares, relativamente à sua questão: se o continente descongelar apenas 2 anos, 9 meses, 18 dias, o que é que vai acontecer nos Açores?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não sei.

O Orador: Vou-lhe pedir desculpa, não é por qualquer desrespeito, esse é um cenário no qual eu pouco acredito e por isso, portanto, vou-me eximir de prestar aqui uma resposta total.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor respondeu o cenário que o senhor acredita!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Mas é o ponto de partida.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Secretário Regional, o que o senhor fez foi um comício!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional: Ontem, no final do dia de ontem, eu fiquei com a sensação de que o PS e o Governo Regional estavam a gerir esta luta dos professores de acordo com o calendário eleitoral. Hoje, fiquei com essa certeza.

O Sr. Secretário Regional afirmou que não quer encetar negociações em paralelo ou em cima das negociações que estão a decorrer a nível nacional. Vamos fazer um exercício: estas negociações que estão a decorrer a nível

nacional não de terminar a tempo de serem inscritas no próximo Orçamento de Estado e não de fazer entrar em vigor lá para janeiro de 2019. Isto é tudo uma suposição, obviamente. O Governo dos Açores, ao longo do ano de 2019, há de negociar com os sindicatos da Região. Quando chegarmos a outubro, havemos de ter uma solução que há de, nos Açores, entrar em vigor em janeiro de 2020. O que é que acontece em 2020, ano de eleições? Ah!... Ano de eleições!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mas mais do que isso é considerarem à classe que estão a fazer isto, que passaram um atestado de incompetência, de ignorância, como se os professores não fossem intelectuais da educação e não soubessem avaliar essa manobra eleitoralista. Mas isto, obviamente, é tudo uma suposição. Também ontem fiquei com a ideia, que também já hoje foi confirmada, de que o PS parece aqueles casais em que o homem bate na mulher, mas depois faz-lhes juras de amor e até lhe oferece flores e amor para a vida eterna. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Mónica Rocha (PS): Um fala em autismo, o outro em violência doméstica!

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, pede a palavra?... Um protesto a?...

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Um protesto ao facto de o Sr. Deputado ter dito que o PS parece aqueles casais em que o homem bate na mulher.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu hesitei no pedido de protesto, não porque o que o Sr. Deputado disse não tenha sido grave, mas porque acho que não pensou suficientemente bem antes do que disse.

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor também não sabe o que vai dizer!

O Orador: E, portanto, eu também não quero fazer um juízo apressado e acho que, naquilo que disse, havia a tentativa de fazer ironia e correu muito mal, Sr. Deputado, porque a violência doméstica é um flagelo grave, é um problema grave nos Açores, é algo que não deve servir para fazer piadas, não tem qualquer tipo de...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!... Sras. e Srs. Deputados!...

Deputado Francisco César (PS): No parlamento inglês o senhor era posto fora!

O Orador: Eu não me quero desviar do assunto. Eu não estou a usar esta figura para fazer mais nada do que lamentar o facto do Sr. Deputado não ter pensado duas vezes antes de ter dito o que disse.

E, portanto, ironia política com violência doméstica, não, Sr. Deputado! Não resulta! Não deve ser feito! Não tem graça! E não é por nos ter afetado a nós...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!...

O Orador: Não é por nos afetar a nós enquanto grupo parlamentar ou partido político. É que não se deve fazer!

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Jorge, para um contraprotesto. Tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Eu penso que a mensagem que foi pretendida passar por mim foi perfeitamente compreensível por quem quer que seja. Se ofendi alguém, peço desculpa. A mensagem que eu quis passar, independentemente de ser o homem a bater na mulher ou a mulher no homem...

Presidente: Sr. Deputado!...

O Orador: A mensagem que eu pretendi passar vocês perceberam muito bem qual foi! Perceberam muito bem qual foi! É possível que seja...

Portanto, não percebo, não compreendo... Se ofendi alguém, peço desculpa. Mas não é caso para isso. E, portanto, havia uma mensagem a passar que foi perfeitamente compreensível.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa, de momento, não tem inscrições. Pergunto se ainda há inscrições. Não havendo, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS; 4 a favor do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM; e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha declaração de voto é um poema, se me permitem. É um poema. É porque poema com poema se paga e então eu também tenho um poema:

Dizem eles

Aprendi a dizer que aprendi o que aprendi a dizer.

Aprendi a dizer que não aprendi o que não aprendi a dizer,
dizem eles.

Comecei a dizer o que aprendi a dizer,
dizem eles de dentro da sua gaiola.

Aprendi a dizer o que dizem que se pode dizer,
dizem eles de dentro da sua gaiola.

Mas como dizem que o que se pode dizer apenas é o que já foi dito,
dizem eles de dentro da sua gaiola,
só aprendi a dizer o que já foi dito,
dizem eles.

E como não aprendi também a dizer o que ainda não foi dito,
dizem eles,
não sei se só digo aquilo que sei,
ou se só sei aquilo que digo.

E assim é e tenho dito,
dizem eles de dentro da sua gaiola,
batendo as asas com mau modo.

Muito obrigada.

Presidente: Não deixou de ser uma declaração de voto um pouco ortodoxa, mas, Sra. Deputada, ficamos foi sem perceber. Mas percebemos o seu sentido de voto.

Sra. Deputada Maria João Carreiro, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar absteve-se desta iniciativa por uma questão de coerência, e passo a explicar: como foi dito ontem, quando deu entrada neste Parlamento o Projeto o Resolução, nós aprovamos a urgência e aprovamos a dispensa de exame em comissão por considerarmos que era um assunto sério, premente, que precisava de ser resolvido.

Todos nós estamos unidos na luta pelas reivindicações dos docentes. Todos nós defendemos a recuperação integral deste tempo de serviço e até, no caso da proposta do PSD, defende-o de forma faseada e que vai até ao encontro da pretensão dos próprios professores. Neste sentido, reconhecemos mais uma vez a pertinência da iniciativa do Bloco de Esquerda. Entendemos que neste facto é necessária uma negociação sindical e, por isso mesmo, o grupo parlamentar, por questão coerência perante a postura do Governo que está de costas voltadas para o setor da educação, e o próprio Secretário voltou, hoje, aqui, a reiterar...

Presidente: Sra. Deputada, está no âmbito de uma declaração voto, não pode interpelar nenhuma outra bancada.

A Oradora: Mas não estou a interpelar!

Presidente: Está a dizer o que o Sr. Secretário disse no âmbito do debate. Não o pode fazer!

A Oradora: Não, não, Sra. Presidente. Eu estou a justificar. E precisamente... Sra. Presidente, queria só clarificar que estou a clarificar a posição do Grupo Parlamentar do PSD e dentro do clarificar há considerandos. E, portanto, um dos considerandos e foi aqui reiterado pelo Sr. Secretario, hoje, nesta Casa, toda a gente ouviu e, portanto, não estou

aqui a interpelar, estou a dizer que o Sr. Secretário disse que não vai cumprir as pretensões do Bloco de Esquerda. Portanto, não podemos, ao mesmo tempo, como Grupo Parlamentar do PSD, propor uma iniciativa que vem chamar a cabo ao Parlamento...

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma declaração de voto!

A Oradora: ... adquirir as competências legislativas e propor uma resolução para esta problemática, que é recuperar os 7 anos em 5 anos de forma faseada, e simultaneamente devolver esta competência a um Governo que se recusa a negociar. Precisamente isto, Sra. Presidente. Estou a esclarecer os considerandos.

E, precisamente, como temos uma iniciativa que até vai ser discutida a urgência já de seguida, por questão de coerência não poderíamos votar neste momento uma iniciativa que devolvia esta competência ao Governo, quando ele se recusa a negociar.

Muito obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda porque entende que neste momento a melhor solução que irá acautelar os interesses dos professores açorianos face ao tempo congelado é a aplicação de uma solução nacional e respeitando aquelas que são as divergências e as especificidades da carreira docente.

Nós estamos convictos que esta nossa votação, até e desde logo porque temos um Projeto de Resolução que assim o afirma, que no fim o processo final para os docentes, para a educação dos Açores, irá correr bem. Acreditamos nesse processo! Acreditamos convictamente nesse processo!

Quero também dizer, naquelas que foram aqui as intervenções, mas naquele que é também o sentido de voto do Partido Socialista, que o Partido Socialista tem bem presente que para si e para todos aqueles que apoiam esta causa de garantir que os professores dos Açores tenham sempre a melhor carreira docente, nós acreditamos que as escolas não são gaiolas, as escolas são asas!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): A gaiola é o Partido Socialista e o Governo! Não perceberam o poema!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!... Sras. e Srs. Deputados!...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?... Uma declaração de voto? Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou terminar este debate. Não posso deixar de fazer uma referência, no âmbito da justificação do meu sentido de voto, à ausência do Sr. Presidente do Governo Regional, no âmbito do mesmo. Considero que teria sido importante para o esclarecimento das questões em análise.

Presidente: Sr. Deputado, esse esclarecimento em nada tem a ver com o seu sentido de voto, portanto... é isso que tem que justificar.

O Orador: Com certeza, Sra. Presidente, mas o que está dito, está dito. Mas vou continuar a fazer uma referência em relação ao sentido de voto do PPM.

Deputado José San-Bento (PS): É gozar com a sua cara, Sra. Presidente!

O Orador: Por que razão o PPM votou a favor da iniciativa aqui apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda? Porque o que o Bloco de Esquerda propunha era o seguinte: recomenda ao Governo Regional que proceda à contagem integral do tempo de serviço do pessoal docente para efeitos de progressão na carreira. E eu concordo! E por isso votei favoravelmente esta iniciativa do Bloco de Esquerda. Quem não concorda votou contra. Mas o PPM concorda!

Também manteria a mesma posição se aqui estivesse a ser votada uma proposta do CDS, do PCP, do Partido Socialista, ou do PSD. Eu não faço em relação a estas questões de princípio. O que eu acho importante é que as pessoas olhem de facto à matéria que está a ser discutida e não ao partido que apresenta a respetiva proposta. A única forma séria de estar no debate parlamentar. Eu não teria, não tenho nenhum tipo de problema de votar favoravelmente uma iniciativa do Partido Socialista que contemple aqui aquilo que o Bloco de Esquerda propõe nisto – que o tempo de serviço seja integralmente recuperado. Se os senhores apresentarem uma iniciativa neste âmbito, eu votarei favoravelmente também essa iniciativa.

Devo dizer, para terminar, em relação à justificação do meu sentido de voto, por que eu acho que esta matéria é fundamental: em primeiro lugar, porque é uma matéria de justiça; em segundo lugar, porque é uma matéria em que não existem constrangimentos financeiros, de acordo com aquilo que nos foi comunicado por parte do Governo Regional; e em terceiro lugar, meus senhores (deixem-me fazer uma pequena referência pessoal porque eu também sou um produto da escola pública), porque eu acho que a escola pública é fundamental nas nossas sociedades, porque é a escola pública que permite combater a pobreza. É o instrumento mais eficaz de combate à pobreza, às desigualdades sociais! É na escola pública, ao longo de todos estes anos na minha atividade política, pude constatar sempre que o

instrumento mais eficaz não são muitas vezes essas infraestruturas megalómanas, é a aposta, o investimento na escola pública! E para que se tenha um sistema, uma escola pública que funcione, os seus profissionais têm que ser bem remunerados, têm que estar devidamente motivados, têm que ser bem tratados! Na nossa sociedade, os políticos em geral e as instituições têm que lhes transmitir que confiam e valorizam o seu trabalho! É por isso que considero que é fundamental. E nós todos temos esta experiência cada vez que analisamos as causas da pobreza e das desigualdades sociais, qual o fator mais decisivo, sempre, na nossa sociedade ou em qualquer ou sociedade do mundo. É a eficácia da escola pública e a defesa e combate às desigualdades que ela permite, permitindo que todos possam obter formação, que todos possam exercer funções na sociedade e que não estejam condicionados à sua estrutura social e económica de base! Que possam, termino... Não esteja incomodado!

Deputado André Bradford (PS): Acho que o Sr. Deputado se esqueceu que é uma declaração de voto.

O Orador: Tenho a certeza que comunga com este objetivo. O meu objeto é que todas as crianças e todos os jovens tenham iguais oportunidades na sociedade e isso só é possível com um sistema educativo que funcione e um sistema educativo que funcione só pode funcionar se os professores forem valorizados no âmbito da sua atividade profissional! É, aqui, o que está em discussão e é por isso que eu votei esta proposta, esta iniciativa do Bloco de Esquerda, a favor!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?... Uma declaração de voto?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): (Ah, já perceberam que era do papagaio! Nem todos perceberam!)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS é um partido de direita, o Bloco de Esquerda é um partido de esquerda, mas há questões que nos devem unir e nos devem fazer ultrapassar as nossas divergências políticas. E não raras vezes nesta Casa isso aconteceu, quer de um lado, quer do outro. E por isso nós vamos votar convictamente e votamos convictamente favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda. E eu até esperava que... o CDS podia ter apresentado também uma proposta, o PPM podia ter apresentado também uma proposta, o PCP também, mas nessa matéria entendemos... esta proposta foi apresentada em abril, devia ter sido despachada em tempo útil e não foi. Teve que ser agendada potestativamente para ser discutida e votada.

Deputado André Bradford (PS): Isso já foi tudo explicado pela Sra. Presidente da Comissão.

O Orador: Teve que ser agendada para se discutida e votada. E, portanto, nós não quisemos entrar aqui num concurso de apresentação de propostas, como se veio a suceder. E, sobretudo, com o exemplo dado pelo Partido Socialista com uma urgência que vamos discutir a seguir.

O objeto e o objetivo é este que está aqui escrito e é só isso que nos une e era isso que nos devia unir todos: contagem integral do tempo de serviço do pessoal docente! É isso que eles pedem! Eles não querem uma carreira melhor nem pior do que os outros. Querem uma carreira docente decente! E é isso que esta proposta propõe. Se vamos pela autoestrada, se vamos por

estradas secundárias, se cada um quer levar uma bandeirinha na mão, é outra conversa. Não vamos lá!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E, portanto, íamos lá se houvesse aqui um compromisso de toda a oposição, que aqui reitero, para todos nós nos unirmos num objetivo: a contagem integral do tempo de serviço da classe docente, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... ponto final parágrafo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP votou favoravelmente essa iniciativa, assim como o disse ontem, aqui nesta Casa, desde o início do debate, porque o PCP defende que as negociações devem ser abertas já e que todo, mas todo o tempo de serviço e modo da remuneração deve ser contado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Eram 11 horas e 23 minutos.

Presidente: Agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 44 minutos.

(Após o intervalo, a Deputada Bárbara Chaves reocupou o seu lugar na Mesa)

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 14 da nossa agenda: **Pedido de urgência do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 21/XI – “Recuperação do tempo de serviço do pessoal docente”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Partido Social Democrata dos Açores entregou, no passado mês de junho, neste Parlamento, um Projeto de Decreto Legislativo Regional que visa precisamente recuperar integralmente o tempo de serviço do pessoal docente. Propomos com esta iniciativa que os 7 anos de serviço prestados pelos professores na Região comecem já a contar a partir do dia 1 de janeiro de 2019, prolongando-se por 5 anos de modo a que em 2023 este tempo de serviço possa estar totalmente recuperado e assim corrida a injustiça.

Este Decreto, como se consubstancia, é uma proposta justa e sensata. Justa, porque reconhece aos professores o direito de verem descongelado o tempo de serviço; sensata, porque, do ponto de vista do Orçamento...

Deputado André Bradford (PS): E porque é que é urgente?

A Oradora: Estou a explicar, Sr. Deputado. Leia com atenção! Ouça, ouça! Tem razão, ouça. Custa a ouvir, às vezes.

Sensata, porque, do ponto de vista do Orçamento da Região, o descongelamento será feito à razão de 1 ano e meio de tempo de serviço prestado por cada ano orçamental, nos próximos 5 anos, o que minimiza o seu impacto nas contas públicas da Região.

Levamos muito a sério as reivindicações dos docentes e o Governo está a falhar ao não reconhecer que os nossos professores...

Presidente: Sra. Deputada, tem que justificar a urgência.

Deputado Carlos Ferreira (PSD): Está a justificar a urgência, Sra. Presidente.

A Oradora: ... ao não reconhecer que são um recurso essencial na educação. Estou a explicar a urgência precisamente porque, acabando de vir de um debate que se prendeu precisamente com um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda em que perante a apatia e a denegação do Governo Regional em reconhecer para efeitos de remuneração e de progressão na carreira este tempo, devemos chamar até nós, até esta Assembleia, a correção de uma decisão do Governo Regional dos Açores que abala a confiança dos docentes e da comunidade educativa de um modo geral na nossa autonomia. Estamos a falar de um Governo que abdicou das suas competências que lhe são consagradas no Estatuto Político-Administrativo da Região dos Açores e anunciou por livre e espontânea vontade que aguardará por uma resposta que o Governo da República entender dar às reivindicações dos professores. Um Governo Regional que desconhece a decisão que sairá da mesa das negociações entre o Governo da República e os sindicatos dos professores do continente, nas quais não se faz representar e mesmo assim diz que será um bom acordo, embora o Ministro da Educação já tenha vindo dizer que não haverá recuperação integral das carreiras.

Por isso, o Decreto Legislativo Regional proposto pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata tem caráter de urgência. O que significa que a sua análise em sede de comissão especializada, cumpridas as devidas formalidades, nomeadamente a audição dos sindicatos dos professores, seja concluída no mais curto espaço de tempo.

A votação desta urgência é uma oportunidade para que todos os partidos e Representações Parlamentares rejeitem a menorização das funções deste Parlamento levada a cabo por uma liderança socialista que se empenha mais em erguer a bandeira da autonomia quando os Governos da República são do PSD, mas que agora entrega a chave da educação ao Governo da República do Partido Socialista.

Deputado Manuel Pereira (PS): Olhe que não!

A Oradora: Desafiamos assim o Partido Socialista e os restantes partidos e representações parlamentares para que, no âmbito das competências próprias da Região, seja feita justiça e aprove a urgência.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado João Ávila (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Eu prometo, Sra. Presidente, tentar cumprir o Regimento na discussão que é a urgência, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... o pedido de urgência do ponto n.º 14 da nossa ordem de trabalhos.

O que está agora aqui em causa é o tempo em que este documento será analisado em comissão. É o que está aqui em causa! O que está aqui em causa no ponto 14 da nossa agenda é o tempo de discussão e não a forma de discussão! O que está aqui em causa nem sequer é o seu conteúdo! Nem

sequer é o seu conteúdo, já que o mesmo será sempre discutido e seria sempre discutido em comissão, por todos os partidos, com todas as diligências, ouvindo os sindicatos, ouvindo os professores, ouvindo aquelas que forem as diligências definidas por todos os partidos naquela comissão.

Assim e conhecendo a posição que o Partido Socialista e que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já tomou sobre esta matéria, nós achamos que essa urgência não é justificável, até pelo prazo que o próprio DLR propõe para cumprimento do diploma. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sras. e Srs. Deputados, julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS; 17 a favor do PSD, 4 do CDS-PP, 2 do BE, 1 do PCP e 1 do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação:

Uma declaração de voto para dar nota daquilo que acabou aqui de se passar, na nossa visão e no sentido que nós tínhamos nesta urgência.

É importante que se perceba que no plano parlamentar temos Propostas de Resolução ou Projetos de Resolução e também temos Decretos Legislativos Regionais. O PSD apresentou um Decreto Legislativo Regional e aqui a

urgência para ser a própria Assembleia a fazer aquilo que o Governo se tem recusado a fazer. Aliás, a solução que o Bloco de Esquerda apresentou propunha que o Governo negociasse. Nós votamos a favor da urgência! O Governo não o fez! E, portanto, nós assumimos as responsabilidades e as competências deste Parlamento para, em vez de recomendar ao Governo que negociasse, sermos nós, usando as competências deste Parlamento e da autonomia, através de um Decreto Legislativo Regional, a resolver com justiça e sensatez o problema dos professores!

E o que se passou, hoje, aqui, foi que o Partido Socialista, que já tinha votado contra a urgência que recomendava que o Governo resolvesse, também votou contra a urgência que o PSD apresentou para ser o Parlamento a resolver.

O que os senhores querem mesmo é não resolver o problema! Os senhores estão entalados, amarrados...

Presidente: Sr. Deputado!...

O Orador: ... pelo Dr. António Costa que não deixa que os senhores...

Presidente: Sr. Deputado, está no âmbito de uma declaração de voto!

O Orador: ... resolvam o problema nos Açores porque isso prejudica as negociações na República!

Deputado Carlos Silva (PS): É uma declaração de voto!

O Orador: Mas os senhores, com urgência ou sem urgência, vão ter que vir aqui votar em setembro ou outubro e aí será a prova do algodão, se estão ao lado dos professores, se querem usar as competências da nossa autonomia, ou se estão definitivamente presos ao Dr. António Costa!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS)**: Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, o Partido Socialista votou contra a urgência do diploma do PSD, não contra o conteúdo do diploma do PSD.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Então há esperança!

O Orador: A iniciativa legislativa do PSD é absolutamente legítima. Nós todos, qualquer bancada parlamentar nesta Casa tem essa capacidade, pode fazê-lo por Resolução, pode fazê-lo por Decreto Legislativo Regional. Entendeu o PSD fazê-lo por Decreto, mas pediu urgência. E o que nós discutimos agora foi a urgência. A urgência significa ter um processo mais rápido ou um processo mais lento na análise em comissão. Mas nada! Não fique ninguém com a ideia de que o PSD tinha uma solução milagrosa para resolver o problema, que nós inviabilizamos com este voto. Nós não inviabilizamos nada a não ser o entendimento que nós temos de que não há argumentos suficientes apresentados pelo PSD para que este diploma tenha um tratamento urgente em comissão.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Então há esperança de que, em setembro ou outubro, votem a favor!

O Orador: Foi só isso que se passou! Apesar da declaração comicieira do Sr. Deputado Duarte Freitas, a única coisa que se passou aqui foi: nós achamos que este diploma deverá merecer a maior atenção em comissão, seguindo os trâmites normais de análise das iniciativas legislativas nesta Casa. Foi só isso, Sra. Presidente! E foi isso que motivou o nosso voto contra!

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ninguém acredita no que está a dizer!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 15 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 114/XI – “Recomenda ao Governo dos Açores que contabilize o tempo de serviço docente de acordo com a solução nacional, tendo em conta as especificidades regionais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

(* **Deputada Susana Costa (PS)**): Obrigada, Sra. Presidente.

Exmas. Sras. Deputadas, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

[...] n.º 1, de 2018, como sabem, está em curso uma negociação sobre esta matéria a nível nacional. Na próxima quinta-feira, dia 25 de julho, haverá uma reunião entre o Governo da República e os sindicatos. Há uma outra reunião que terá lugar no mês de setembro. E a nossa bancada entende que é fundamental acompanhar, em tempo útil, a negociação que está a decorrer a nível nacional e, portanto, desta forma, achamos que a urgência está justificada.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**): Sra. Professora... Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Peço desculpa pelo lapso, mas não é nenhuma ofensa chamar, à Sra. Presidente, Sra. Professora. É, na minha perspetiva, até um elogio. É um elogio!

Eu quero dizer a V. Exas., à bancada parlamentar do Partido Socialista e a toda a câmara que a Representação Parlamentar do PPM votará

favoravelmente este pedido de urgência porque, como V. Exas. bem referenciaram na intervenção e no debate anterior, obviamente não está em questão o conteúdo, está apenas debater esta questão relacionada com a educação com uma solução que é a vossa e que têm todo o direito de apresentar aqui. Como eu considero que é urgente continuar a debater a questão da recuperação do tempo de serviço, obviamente o PPM está sempre, mas sempre, a favor da discussão democrática e por isso nós vamos votar favoravelmente esta urgência. Nada significa em relação ao sentido de voto que o PPM terá depois em relação ao próprio diploma. Mas, evidentemente, em relação à urgência de discutir esta questão? Toda a urgência. Em relação à abertura de discutir esta questão? Toda a abertura, toda a disponibilidade. Vamos votar favoravelmente por isso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Julgo não haver.

Vamos votar então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado este pedido de urgência dou então novamente a palavra, neste caso, à Sra. Deputada Sónia Nicolau para agora apresentar a iniciativa.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta este Projeto de Resolução que diz o seguinte: recomenda ao Governo dos Açores que

contabilize o tempo de serviço docente de acordo com a solução nacional, tendo em conta as especificidades regionais.

De 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2017, o tempo de serviço prestado pelos docentes não foi considerado para efeitos de progressão e valorização remuneratória, no contexto das medidas de contenção então adotadas e à semelhança do que aconteceu genericamente para as várias carreiras da Administração Pública.

O Orçamento de Estado de 2018 determinou que, e passo a citar: “A expressão remuneratória do tempo de serviço nas carreiras, cargos ou categorias integradas em corpos especiais, em que a progressão e mudança de posição remuneratória dependam do decurso de determinado período de prestação e serviço legalmente estabelecido para o efeito, é considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis.” Conforme o art.º 19.º, da Lei 114/2017, de 29 de dezembro. Lei esta, que aqui recordamos, que não teve os votos favoráveis do PSD e do CDS.

Por sua vez, a Resolução n.º 1/2018, aprovada pela Assembleia da República, recomendou ao Governo que, em diálogo com os sindicatos, garantisse que, nas carreiras cuja progressão depende também do tempo de serviço prestado, fosse, passo a citar: “(...) contado todo esse tempo para efeitos de progressão na carreira e da correspondente valorização remuneratória.” Mais uma vez não estiveram ao lado desta Resolução, o PSD e o CDS.

Neste contexto, o Partido Socialista respeita o direito de os professores lutarem pela reposição do tempo de serviço congelado como um valor em si mesmo e como uma causa justa. Acontece que só o processo negocial, no nosso entendimento, a nível nacional, para a operacionalização do art.º 19.º da Lei que aprovou o Orçamento de Estado de 2018, garante, na abordagem

às diferentes carreiras especiais, nas quais se incluem os professores, uma decisão equitativa e justa no respeito por cada estrutura da carreira. Desde logo, porque uma solução global para a contabilização do tempo de serviço conduzido a nível nacional, cujo o mérito se aferirá pela sua integralidade, poderá assentar em partes e em áreas de competência exclusiva da República, como acontece, por exemplo, e tal como já avançou publicamente a Sra. Secretária de Estado Adjunta, em junho último, com as questões relativas à reforma.

Garante, no nosso entendimento, uma posição de cautela em benefício dos docentes que possam e desejem usufruir de uma eventual solução.

Além do mais, o processo negocial para a contabilização do tempo de serviço, conduzido a nível nacional, poderá garantir uma futura aplicação no ordenamento jurídico regional que assegure a harmonização entre as carreiras nacionais e regionais.

Neste particular há a recordar que, no processo de recuperação do tempo de serviço congelado nos períodos de 2005 a 2007, por via do Decreto Legislativo Regional 26/2008, existem professores no Sistema Educativo Regional que não beneficiaram dessa contabilização, unicamente por não se encontrarem a trabalhar em unidades orgânicas regionais à data de entrada em vigor do referido Decreto Legislativo Regional, embora tivessem exercido atividade docente em anos anteriores na Região Autónoma dos Açores. Neste Decreto Legislativo Regional 26/2008, que recuperou os 2 anos, o PSD absteve-se.

No âmbito das negociações nacionais há a registar desde logo o facto da reunião entre o Ministro da Educação e os sindicatos, realizada a 11 de julho de 2018, ter reaberto a via do diálogo e das negociações entre os sindicatos e o Governo da República, tendo inclusive conduzido à criação de uma comissão bipartida para analisar o impacto orçamental da recuperação do

tempo de serviço, bem como o agendamento de uma nova ronda de negociações para início no mês de setembro.

Face ao exposto, o Partido Socialista-Açores entende que:

Primeiro, tendo em conta que a carreira docente na Região Autónoma dos Açores é já hoje diferente, para melhor, da carreira docente na Região Autónoma da Madeira ou do continente, a aplicação solução nacional de recuperação do tempo de serviço terá como efeito que essa diferença para melhor seja preservada em benefício de todos os professores;

Segundo, para o objetivo de garantir e facilitar a mobilidade entre carreiras importa pugnar pelo princípio geral da harmonização da carreira regional ao nível Açores e nacional;

O exercício da autonomia consagrada no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores deve ter como critério e fim último a produção de resultados em benefício dos açorianos. É exatamente isso que, pela nossa autonomia, a aplicação na Região da solução nacional de recuperação de tempo de serviço assim conduzirá.

Assim, nos termos das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista-Açores apresenta o seguinte Projeto de Resolução – A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo dos Açores que:

Primeiro, que garanta que no âmbito do exercício da autonomia político-administrativa da Região, a aplicação da solução nacional de recuperação, pelos professores, do tempo de serviço congelado se traduza na existência de uma carreira docente na Região, diferente, para melhor, do que a carreira docente existente na Região Autónoma da Madeira e no continente;

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não quer dizer nada!

A Oradora: Segundo, que no âmbito da aplicação na Região da solução nacional para a recuperação, pelos professores, do tempo de serviço

congelado, qualquer questão específica da carreira docente existente na Região Autónoma dos Açores que, fruto das nossas especificidades, venha a surgir, seja analisada e decidida tendo em vista a realização do objetivo referido no número anterior. Disse.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é zero! É uma vergonha!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o diploma da vergonha!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sessão Plenária de julho da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tornou evidente a desorientação do Governo Regional que, ora avança, ora recua; ora decide, ora demite-se de tomar qualquer decisão!

É clara a falta de pulso e determinação deste Governo!

É inequívoca a forma desprovida de qualquer substância e qualquer resultado como este Governo cumpre o seu mandato, sem convicção, sem ideias, sem um projeto claro para a Região e para as áreas fundamentais como a educação!

A greve dos docentes dos Açores que lutam pelo descongelamento dos 7 anos de trabalho prestados nas nossas escolas, tempo este que o Governo recusa, repito, recusa reconhecer para efeitos de remuneração e de progressão na carreira faz cair a máscara do Governo!

Um Governo Regional que procura cumprir a propaganda, que está mais preocupado com a perceção...

Deputado André Bradford (PS): Ah, nós é que estamos preocupados!

A Oradora: ... e com a imagem que os açorianos têm de si e de como esta imagem poderá traduzir-se em votos a cada 4 anos, do que em governar para melhorar a vida de quem nasceu, viveu e escolheu trabalhar nos Açores, como é o caso dos docentes do nosso Sistema Educativo Regional.

A prova provada desta forma socialista e de estar na política e tecer a governação...

Deputado André Bradford (PS): A senhora pense bem na forma socialista!

A Oradora: ... está neste Projeto de Resolução que o Partido Socialista propõe a este Parlamento, depois de se ter afundado, na terça-feira, num mar de contradições no debate de urgência agendado pelo Bloco de Esquerda.

Neste debate vimos de tudo: jogos de palavras, intervenções que acabaram vazias porque a bancada do PS não conseguiu defender o indefensável, uma subversão perigosa de dever de justificar perante os açorianos por que razão os poderes públicos tomaram determinadas decisões, ...

Deputado Manuel Pereira (PS): A sua intervenção é que está cheia de coisa nenhuma!

A Oradora: ... imprecisões, desautorizações em público e até a intervenção daquela tribuna do Secretário Regional que abandonou a pasta que lhe foi atribuída.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que o Partido Socialista propõe a esta Assembleia não passa de uma tentativa de emendar à mão a decisão do Governo Regional de deixar por livre e espontânea vontade que seja o Governo da República a decidir como e quando serão descongelados os 7 anos de trabalho prestado pelos docentes nos Açores entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017.

O Partido Socialista, através desta iniciativa de última hora, está a tentar correr atrás do prejuízo político e mediático que resultou da sua indisponibilidade para atender, no plano regional, às reivindicações dos docentes dos Açores. E para isso estabeleceu um plano: tentar instrumentalizar a opinião pública açoriana, propondo para isso uma recomendação ao Governo Regional que afinal é apenas e só aquilo que o próprio Presidente do Governo já disse, com mais ou menos clareza, com mais ou menos certeza, na expectativa de que a sua desorientação e desautorização às afirmações que têm vindo a ser proferidas pelo Secretário Regional de Educação e Cultura não fariam óbvias e à vista de todos.

O Secretário Regional de Educação e Cultura afirmou repetidas vezes que “será aplicada nos Açores a solução que vier a ser encontrada no continente, custe o que custar.” – citei.

Deputada Sónia Nicolau (PS): E?

A Oradora: Esta terça-feira, no mesmo dia em que o Secretário Regional da Educação reafirma, quase pelas mesmas palavras, o que parecia ser um entendimento convicto e assumido do Governo e do Partido Socialista, o Presidente do Governo Regional, depois da sua intervenção, dos Deputados Socialistas, reafirma que sim, o Governo Regional está refém da decisão de Lisboa, mas poder-se-á dar o caso desta solução vir a ser corrigida no âmbito das competências próprias da Região. O Governo Regional e o Partido Socialista acreditam ser um trunfo de última hora para apaziguar a contestação justa e legítima dos docentes da Região Autónoma dos Açores. Não é mais do que o reforçar e o acentuar desta menorização deliberada que a governação socialista está a fazer dos órgãos do governo próprio da nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Dada a ideia de que o Governo Regional se transformou numa espécie de filial que aguarda o guião do Governo da República.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso!

A Oradora: A ideia que o centro nefrálgico do Partido Socialista dos Açores se transferiu mesmo para a Assembleia da República.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso!

A Oradora: Mas não é simulacros de recuo que escodam o essencial. O Governo Regional vai mesmo continuar a aguardar que seja tudo decidido em Lisboa e só depois, sabe-se lá quando, irá aplicar essa decisão aos docentes dos Açores, tendo em conta, talvez, quem sabe, as especificidades regionais do Estatuto da Carreira Docente na Região.

O Partido Socialista aqui propõe ao exercício o cumprimento parcial da autonomia. O regime consagra os órgãos próprios dos Açores competências administrativas e financeiras também na área da educação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução do Partido Socialista propõe que este Parlamento aprove uma recomendação ao Governo Regional para que, estou a citar, “contabilize o tempo de serviço de acordo com a solução nacional, tendo em conta as especificidades regionais.” Não é resposta que se impunha por parte um partido com a responsabilidade do Partido Socialista que não pode dar como esgotado o seu contributo para o exercício pleno da autonomia, aquando da formação do Governo Regional!

Este Projeto de Resolução do Partido Socialista é inócuo na sua forma e inconsequente no seu conteúdo. Inócuo, porque não assume a vontade clara do Partido Socialista de recuperar integralmente os 7 anos de trabalho dos docentes da nossa Região e reitera o voto de confiança ao Governo da

República e o voto de fé de que aquilo que o Ministro da Educação decidir para os docentes do continente será bom para os docentes dos Açores; inconsequente, porque propõe ao Governo Regional aquilo que o Governo Regional já disse que vai fazer e, portanto, visa apenas e só corrigir, de uma forma tardia, a inércia legislativa do Partido Socialista e do Governo Regional no descongelamento da carreira do pessoal docente, que assumiu uma greve que já se estende há quase 2 meses.

Este Projeto de Resolução não levará a outro resultado que não o adiar da resolução de um problema que pode e deve ter uma solução regional no quadro da nossa autonomia.

O Grupo Parlamentar do PSD-Açores entende que, dada a inércia legislativa do Governo Regional, a recusa em fechar com os sindicatos dos professores dos Açores uma solução Regional, cabe a esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores chamar até si a resolução de um problema que abala a confiança dos docentes e da comunidade educativa de um modo geral nas instituições públicas e políticas.

Não seremos cúmplices desta tentativa do Partido Socialista e do Governo Regional de ludibriar a opinião pública e de reescrever uma decisão socialista que fica para a história da autonomia como uma contradição com a decisão, em 2008, de descongelar 2 anos de serviço dos docentes dos Açores.

O Partido Socialista e o Governo Regional escolheram a via da conflitualidade, do virar de costas permanente para o setor da educação e recusaram o diálogo social que visa a concertação social, uma instância insubstituível numa democracia.

Esta não é a escola do Partido Social Democrata!

Na votação que se segue recusaremos a desorientação do Governo Regional e do Partido Socialista e da menorização deste Parlamento! Na votação que

se segue recusaremos entregar a chave da educação dos Açores ao Governo da República!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Na votação que se segue seremos coerentes com a nossa proposta para que este Parlamento aprove um Projeto de Decreto Legislativo Regional pela recuperação integral do tempo de serviço do pessoal docente, através do qual propomos que os 7 anos de serviço sejam recuperados de forma faseada, que comecem a ser recuperados no dia 1 de janeiro de 2019, prolongando-se durante 5 anos de modo a que em 2023 todo este tempo de serviço possa estar totalmente recuperado e assim reposta uma injustiça. É também chamado ao Parlamento a resolução dos problemas que o Governo Regional se recusa a resolver.

Cabe a todos nós, eleitos pelos açorianos, a quem devemos o nosso mandato, honrar o nosso compromisso de cumprir e fazer cumprir a nossa autonomia!
Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por duas questões prévias, se quiserem quanto à forma, e tenho a seguinte constatação a fazer: aquilo que se está a passar com esta urgência

entregue pelo Partido Socialista é verdadeiramente bizarro! Porque, reparem bem, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista, há 10 minutos atrás, considerou que não era urgente debater com urgência a solução...

Deputado André Bradford (PS): Não tem nada a ver!

Deputado Manuel Pereira (PS): Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa!

A Oradora: ... e dizer com clareza aos professores desta Região que os 7 anos de tempo congelado vão ser recuperados. Não! Isso não é urgente! E por isso reprovou uma urgência apresentada há 10 minutos atrás.

Então, mas o que é que o Partido Socialista considera urgente, Sras. e Srs. Deputados? Dizer ao Governo para fazer exatamente o que ele está a fazer! Isto não é só bizarro, isto é um desrespeito por esta Casa e pelas pessoas implicadas, quer numa, quer noutra iniciativa legislativa! Isto quanto à forma.

Ah, e mais uma coisa, Sras. e Srs. Deputados, é grave, do ponto de vista do Bloco de Esquerda (mas isso é a democracia), que haja partidos aqui e no continente que tenham votado contra a Resolução da Assembleia da República que dizia exatamente que o Governo Regional se deve sentar à mesa com os sindicatos e negociar o modo e o prazo com que a recuperação do tempo congelado... É grave!

Mas mais grave, mais grave do que votar contra é votar a favor e não a cumprir! Gravidade igual! Votar a favor deste Projeto de Resolução e até hoje não ter cumprido uma única letra daquilo que lá está escrito!

Quanto ao conteúdo do Projeto de Resolução do Partido Socialista, a resposta do Bloco de Esquerda é: não, não, não e não! E vou explicar todos os “nãos”. Começa por ser não, porque este Projeto de Resolução não respeita a autonomia que esta Região tem e a possibilidade de fazer diferente e de fazer já! E a urgência, Sras. e Srs. Deputados, é sobretudo 7 anos da vida dos

docentes desta Região que neste momento estão no caixote do lixo! 7 anos de empenho! 7 anos de dedicação! 7 anos de sacrifício! 7 anos de trabalho! 7 anos de preocupação! Não pode haver nada mais urgente do que recuperar para a vida de alguém – e não é alguém, são milhares de pessoas – 7 anos de dedicação à escola pública, ou a outro trabalho qualquer! E ainda estamos a pensar se é urgente, se não é urgente, vai para comissão com muita calma, com muita lentidão... Não, não! É mesmo urgente fazer justiça porque ela está e continua por fazer!

É não, porque os professores trabalharam e se trabalharam têm que ver o seu tempo contado sem esperar por decisão nenhuma da República! A República não tem nada a ver com isto! Quem tem a ver com isto são os órgãos de governo próprio desta Região, ponto final!

É não, porque nós, Bloco de Esquerda, consideramos que esta proposta do Partido Socialista é um ultraje! É uma afronta à luta que, há praticamente 2 meses, a classe docente trava na nossa Região! Não se faz aquilo que os senhores estão a fazer, vir aqui com um ar de que estão a dar uma atenção muito cuidada ao problema dos professores, dizer ao Governo Regional para fazer exatamente o que ele está a fazer, que é esperar sentado pelo continente, não honra o Partido Socialista, na opinião do Bloco de Esquerda!

E depois é não por uma outra razão, Sras. e Srs. Deputados, quantas propostas dos partidos da oposição têm sido reprovadas nesta Casa pelo Partido Socialista com o pretexto seguinte: – ó Srs. Deputados, os senhores vêm dizer, vêm recomendar ao Governo que ele faça aquilo que o Governo já está a fazer!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso! Bem lembrado!

A Oradora: Aliás, às vezes o Governo ainda não está, mas decidiu naquele dia começar a fazer! Decidiu no dia em que a proposta entrou aqui, dos partidos da oposição, começar a fazer! E os senhores dizem: – não, o Partido

Socialista só pode reprovar esta proposta porque o Governo já está a fazer ou então está quase, está mesmo quase a fazer!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Então e agora, Sras. e Srs. Deputados, é com a maior (permitam-me a expressão popular e que não pretende ser ofensiva, mas é esta a expressão...) cara de pau que os senhores vão aprovar a si próprios uma recomendação ao Governo para ele fazer o que está a fazer – esperar sentado! É mau demais para ser verdade!

E, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, permitam-me que diga uma coisa: os senhores, das duas, uma: vamos imaginar que a opção e as negociações no Governo da República são ótimas e todo o tempo de serviço dos professores é descongelado. – Ah, o Partido Socialista já tinha dito! Não têm dito outra coisa, nem o Partido Socialista, nem o Governo Regional! Temos fé. Acreditamos. Vem aí uma boa solução. A solução só pode ser boa. O que quer que isto queira dizer... Mas, se calhar, na República, até poderão chegar a uma boa solução e, de acordo com o compromisso do Governo, ela será aplicada na Região. Uau! Que bom! Isso não invalida que os senhores tenham recusado a usar e a exercer a autonomia desta Região em nome da obediência partidária!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: E eu estou convencida, porque reconheço inteligência aos professores e às professoras desta Região, que eles não se esquecerão disso. Mas agora vamos pôr a outra hipótese: as negociações na República não chegam a tão bom porto e o tempo todo não é considerado, fica algum por considerar. O que é que faz o Governo Regional? Os pozinhos de perlimpimpim, as tais especificidades, e eu já vou à pergunta das especificidades, as tais especificidades, os pozinhos de perlimpimpim e como a carreira aqui já é melhor, como diz o Partido Socialista, ela será

sempre melhor independentemente do resultado. Isto chama-se roleta, jogo! E os professores e a escola pública não são um casino, a ver se vem, a ver se não vem, a ver o que é que dá! Isto não é um casino! Isto é o futuro desta Região, que é educação e é aquilo que todos nesta Casa reconhecemos! É a prioridade máxima, com paixão ou sem paixão!

Sr. Secretário Regional da Educação, duas perguntas:

Se na República for apenas reconhecido aos professores e descongelado 3 anos de serviço, o que é que acontece aos professores desta Região?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Já respondemos a isso!

A Oradora: Segunda pergunta, o que é que quer dizer, na conceção do Sr. Secretário Regional da Educação, «tendo em conta as especificidades regionais»?

Duas perguntas diretas.

Muito obrigada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Já respondemos a isso tanta vez!

A Oradora: Não responderam!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): A resposta é que não convém!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, dizer que, no entender do CDS-PP, este Projeto de Resolução é, sem dúvida, uma afronta aos professores e uma recusa ao exercício da nossa autonomia!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

A Oradora: E ainda, na passada terça-feira, dizia assim o Presidente do Governo Regional: – qualquer dia, essa moda de dizer que a autonomia falhou pega a nível nacional e então aí é que teremos verdadeiramente um problema! – advertiu o chefe do executivo.

Pois, muito bem, acho que não teremos melhor cereja no topo do bolo do que este diploma, para que a República perceba que estamos a abdicar da nossa autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: E se começarmos a pedir a bênção a Lisboa ficamos como o vosso camarada Mário Soares, pois ele meteu o socialismo na gaveta, e o Governo Socialista o que está a fazer é meter a autonomia na gaveta!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

A Oradora: Depois, ao lermos o preâmbulo desta iniciativa temos assim: o exercício da autonomia consagrada no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores deve ter como critério e fim último a produção de resultados em benefício dos açorianos. É exatamente a isso que, pela nossa autonomia, a aplicação na Região da solução nacional da recuperação do tempo de serviço, conduzirá. Então fiquemos assim: o PS reivindica a autonomia, mas demite-se de a fazer na esperança que a República a garanta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Mas então pergunto-vos: então, que autonomia é esta? Que autonomia é esta que está aqui plasmada nesta iniciativa do Partido Socialista?

Para além do mais de que no Projeto, na parte resolutiva, dizem: a solução tomada na Região será uma solução melhor do que na República. Pois, muito

bem, conhecendo como todos nós e temos falado estes dias da carreira docente, mesmo que a República, vamos imaginar, venha recuperar 3 anos, se o Governo Regional recuperar 4, já estaremos melhor do que na República.

E a questão que eu coloco à bancada do Partido Socialista é se consideram que, adotando por exemplo mais 1 ano nesta situação dos 3 anos, porque a verdade é que estes 3 anos é que são o ponto de partida desta negociação porque nós estamos a começar aqui uma negociação do zero e que ainda há muita expectativa que tudo se resolva e que tudo acabe em bem, porque a verdade é que existe aqui um ponto de partida que são os 3 anos e foi o ultimato que o Ministro da Educação colocou, e, portanto, este é o nosso ponto de partida e então vamos imaginar que, a partir desse ponto de partida, a República vai admitir os 3 anos, e a pergunta que eu lhes faço então é: então, se for os 4 é uma situação melhor do que a República, mas não é isso que nós queremos e não é isso que consideramos justo para os professores desta Região!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Para além do mais, também dizer que a verdade, e há pouco diziam que este era no sentido do que foi dito pelo Presidente da Região, que existia sempre e íamos admitir o que fosse admitido na República, mas que poderíamos ir mais além. Pois, a verdade, e repito, essas declarações foram proferidas em novembro de 2017.

Deputado André Bradford (PS): Não foi agora!

A Oradora: Depois disso já muita vez foi proferido pelo Sr. Secretário, pelo Sr. Diretor Regional, que seria a solução admitida na República, ponto! E não há o resto da frase, nem há o resto da frase que alguém não leu, do Sr. Secretário nem do Sr. Diretor Regional. O que eles disseram foi isso, que agora estão a querer dizer: – não, ele disse isso, mas não interessa nada,

porque o que interessa é o que o Presidente do Governo Regional disse! Mas não há segunda parte das palavras proferidas por parte do Sr. Secretário e por parte do Sr. Diretor Regional! Não há! Podem dar as voltas que quiserem dar e não há! Mas ainda bem que agora já estão a assumir que afinal podemos ter aqui uma solução sem ser o tal ponto final de que iríamos abdicar e fazer tudo o que a República decidisse.

Para finalizar e relativamente a este Projeto de Resolução, só dizer que isto não traz nada de novo. E a verdade é que isto é, sem dúvida, uma recusa à nossa autonomia! E a verdade também é que estamos completamente dependentes da República, o que nos faz pensar como é que é possível nós, açorianos, com a autonomia que temos, estarmos nessa situação dependentes do Governo da República. É isto que nós nunca vamos poder aceitar, independentemente do que forem as soluções futuras para esta situação! Mas o que tem acontecido até agora, isso já ninguém vai poder apagar. Isto é o que está a acontecer e isto é uma recusa que nós não podemos aceitar, estarmos nesta dependência da República!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Subserviência!

A Oradora: E a verdade é que este Projeto de Resolução não é mais nem menos do que estarmos a aprovar o que o Governo tem feito! Pois bem, o CDS não se revê na postura que o Governo tem tido! O CDS quer mais! Quer a recuperação dos 7 anos! E, portanto, nunca vamos compactuar com esta iniciativa!

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Sim senhora! Grande intervenção!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos estando habituados a estas pequenas demagogias, bengaladas de uma linguagem que tenta passar como uma boa as más soluções, ou a inércia de um governo que teima em usar a autonomia para alargar as desigualdades na Região com o resto do país.

Deixa-se mesmo a impressão que esta proposta de resolução só surge como resposta à do PCP. Essa é uma péssima forma de fazer política.

Só da leitura do título já se nota o desconforto com tudo o que possa vir de positivo dos poderes a que têm a seu dispor, porque assumir na casa da democracia regional a decisão de aplicar apenas uma solução encontrada por outros só pode ser uma piada de mau gosto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Já o dissemos esta semana, mas não deve ter sido entendido e repetimos então: se a preocupação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, do Governo Regional e do Sr. Secretário Regional da Educação é de que os docentes da Região estejam melhores do que os seus congéneres do resto país, se mantêm a afirmação do Sr. Secretário que o prazo e o modo de concretização de recuperação do tempo de serviço não é um problema financeiro, logo assume-se que é um problema político.

Então como explicam que não queiram abrir negociações para definir o prazo e o modo de recuperação de todo (de todo!) o tempo de serviço das condições mais vantajosas que forem possíveis?

Quanto à questão da aposentação não se preocupem. O que ficar negociado a nível da República os senhores nunca (nunca!) poderiam recusar e pelo que temos visto ainda bem que é assim, é que já se viu qual seria o resultado se essa decisão estivesse nas mãos do Governo Regional.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Achámos também de muito mau tom a insinuação de que poderá não ser recuperado todo o tempo de serviço ou o pequeno comentário sobre a necessidade de fazer justiça e garantir a equidade entre as diferentes carreiras e termos em consideração o que fazer, um vergonhoso favor que fazem à República.

Senhores, não queiram também ser um Governo fora da lei, é que o que está escrito no artigo 19.º do orçamento de Estado é mesmo que tem de ser todo, mas todo o tempo de serviço e não parte dele e o que foi votado na Resolução n.º 1/2018, na Assembleia da República, teve o mesmo sentido. Não queiram também que vos seja dito que precisam novamente de aulas de português. Fica muito mal a um Governo!

Srs. Deputados do Partido Socialista, Sr. Secretário:

Podem ter a certeza que os professores estão dispostos a negociar muito, mas não abdicarão de um único dia do que é seu e de mais ninguém do tempo de serviço que prestam.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostávamos de dizer que esta era a primeira vez que tomámos posição contra alguma postura de negação de valor de autonomia por parte do Governo Regional. É que não chegam palavras! Em política contam sobretudo ações e decisões e sobre decisões do Governo Regional é elucidativa a aplicação de políticas da Troika e da assinatura da aplicação do memorando de entendimento nos Açores.

Foi a vida dos açorianos que piorou em consequência dessas realidades, meus senhores. Escusam de fingir que não haviam outras soluções.

Da nossa parte, na casa da autonomia só podemos votar contra esta vergonhosa posição, o que lamentamos é que venha o grupo parlamentar ajudar a cavar o fosso entre o Governo e os docentes da Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para finalizar, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, fica aqui um comentário.

Na Assembleia da República não há nenhum grupo parlamentar que tenha maioria absoluta dos deputados, daí resulta a necessidade do Partido Socialista em dialogar com as diferentes forças políticas, em particular com o PCP. É da luta do PCP na Assembleia da República e fora dela que resultou o descongelamento das carreiras e o compromisso de negociar ...

Deputado André Bradford (PS): E o PS não teve nada haver com isso!?

O Orador: ... o prazo e o modo em que se concretizará a recuperação do tempo de serviço.

O que os senhores aqui demonstram é que o comportamento do Partido Socialista com a maioria absoluta é bem diferente. Se estivesse nas mãos desta Casa há um ano atrás a decisão de descongelar as carreiras o resultado seria outro, bem diferente, por iniciativa do Partido Socialista nem se teria descongelado, nem se recuperado, mas mesmo em minoria na Assembleia da República o Partido Socialista nunca quis descongelar ou recuperar o que quer que fosse.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: Infelizmente para vocês não contaram com a luta dos professores, com a firmeza e a unidade de que só apanhou de surpresa os mais distraídos e só para recordar os Srs. Deputados Regionais do Partido Socialista: a luta vale muito e já derrubou várias maiorias antes desta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção, porque achei que poderia dar um contributo ao debate.

Falou-se da autonomia, falou-se de democracia, falou-se de amor pelos professores, de respeito aos professores.

Acho que nós no debate político muitas vezes esquecemos o património que cada um tem. Todos nesta câmara têm um património em termos de trabalho realizado ao nível da educação, seja ao nível dos professores, seja ao nível do sistema educativo propriamente dito, os seus resultados, para os alunos. Obviamente uns têm mais responsabilidades do que outros, fruto do resultado do escrutínio popular, mas eu penso que há momentos perigosos e que no entusiasmo do debate nós não podemos ultrapassar.

Nós estamos aqui com posições aparentemente antagónicas, aparentemente diferentes.

Nós manifestamos as nossas posições, os senhores manifestam as vossas posições.

Não é necessário que inevitavelmente os senhores possam deduzir que uns gostam mais dos professores, ou menos dos professores. Nós temos posições que estão a ser expressas da melhor forma que nós achamos possível e ninguém é louco, ninguém ousa chegar aqui com uma posição que hostiliza alguém deliberadamente.

Nós temos uma posição que é aquela que nós achamos no momento atual a que melhor defende o interesse público e em particular, ...

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: ... neste caso, é nossa posição, a dos professores e nós achamos legítimo e natural que os professores não concordem connosco. É possível que assim seja. É assim que funciona a democracia, mas o Partido Socialista quis aqui (aqui!) também manifestar a sua posição através de uma resolução. A democracia, Sra. Deputada Zuraida Soares, é também permitir ao Partido Socialista que quando acha que deve manifestar por escrito uma posição política, uma posição aqui, nesta câmara, fazê-lo através de uma resolução.

Por isso, não me parece correto, nem delicado ...

Deputada Zuraida Soares (BE): É bizarro!

O Orador: ... para alguém que está na mesma câmara que V. Exa., exatamente com os mesmos direitos que V. Exa., que os senhores possam fazer recomendações ao Governo Regional e nós não possamos fazer exatamente recomendações ao Governo Regional. Por uma razão muito simples, Sra. Deputada, por uma razão muito simples, porque se o seu raciocínio fosse este e estivesse correto a bancada do Partido Socialista não estaria aqui a fazer absolutamente nada ...

Deputada Zuraida Soares (BE): O meu raciocínio não é esse!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Olhe, olhe! Às vezes ...!

O Orador: ... e estaria apenas a bancada do Governo.

O nosso sistema parlamentar democrático implica que o Partido Socialista tenha um papel e o Governo tenha outro papel, cada um no seu lugar.

A Sra. Deputada terá oportunidade para se inscrever, calculo.

Segunda questão e esta é uma posição do Partido Socialista e calculo que outros possam ter outra posição e irão manifestá-la certamente e já o fizeram.

O que é a autonomia?

Os senhores acusam-nos de nós não aplicarmos a autonomia, de nós não querermos aplicar a autonomia.

Então, qual é a definição de Vs. Exas. em termos de autonomia?

A autonomia nesta matéria, em particular, é fazer diferente do Governo da República, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): É decidir!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É decidir a favor dos açorianos!

O Orador: ... é decidir diferente do Governo da República.

Pois bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Qual é a posição do Partido Socialista se me for permitido dar aqui, nesta câmara?

É a democracia. A posição do Partido Socialista é que a autonomia não é decidir diferente, é a faculdade de poder decidir diferente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É a possibilidade que nós temos de poder decidir igual quando achamos por bem, de decidir totalmente diferente ou de esperar para poder decidir, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! É que é mesmo isso!

O Orador: ... ou para querer decidir. Essa é que é a conceção da autonomia. Naturalmente, que é legítimo que alguém diga: “Bom, mas nós achamos que não devem esperar.”

Pois bem, isto é uma posição política nossa, política no sentido contrário de Vs. Exas. e de outras reivindicações que naturalmente acontecem.

Portanto, a questão da autonomia, a meu ver, está explicada, mas se dúvidas houver nós podemos recorrer à história do Partido Socialista, vamos à história do Partido Socialista nesta câmara.

Qualquer professor por muito revoltado que possa estar com o Partido Socialista, ou indignado (e tem esse direito, é assim a democracia), e os senhores ponham a mão – não digo na consciência -, mas lembrem-se da história do património do Partido Socialista.

Quando houve a necessidade de negociar de uma forma diferente um estatuto da carreira docente o Partido Socialista não esteve aqui presente e o Governo para negociar e fazer melhor?

Deputada Zuraída Soares (BE): E os professores!

O Orador: Negociar com quem, senhora?

Naturalmente com os professores.

Sras. e Srs. Deputados, quando os funcionários públicos sofreram cortes nos seus vencimentos ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os comícios aqui não funcionam!

Deputado Marco Costa (PSD): Uma sessão de hipnotismo!

O Orador: ... a Região Autónoma dos Açores, depois dessa decisão, não se chegou à frente com a remuneração compensatória?

Mas alguém pode dizer que nós não exercemos a autonomia?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): A autonomia é esperar para ver!

O Orador: É claro que a senhora poderá dizer: “Bom, mas os senhores exerceram a autonomia *a posteriori*, exerceram apenas porque para poder compensar era preciso cortar.”

Oh, senhora, a questão não é essa, Sra. Deputada.

A questão é que nós só devemos tomar decisões quando temos os elementos necessários que permitem exatamente que essa decisão seja clara, esclarecida e aquela que melhor beneficia os seus destinatários.

Deputada Zuraída Soares (BE): São sete anos!

O Orador: Portanto, nós em termos de remuneração compensatória e de vencimento dos professores e todos os funcionários públicos, na medida das nossas possibilidades de então compensámos, da mesma maneira que fizemos isso ao nível dos impostos.

Há razões para não acreditarem nesta bancada e neste Governo quando dizemos “nós queremos esperar para ver o que é que sairá dessa negociação”, para depois dessa negociação poder ter uma noção clara de quais são as circunstâncias, para depois poder decidir da forma que melhor se adapta às nossas especificidades. Isto é autonomia, Sra. Deputada! Isto é autonomia!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E porque é que não se há de esperar?

Qual é o mal de esperar de uma decisão, cujo o resultado, depois de visto, poderá ser mais benéfico para os seus destinatários?

Qual é o problema disso?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! Uma aula!

O Orador: Porque é que os senhores necessariamente querem que a gente uma decisão de um momento para o outro que pode ser mais prejudicial para os seus destinatários, do que se esperássemos, Sras. e Srs. Deputados?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: A questão é essa e por isso é que nós sabemos que pode haver gente que queira que nós façamos uma decisão no sentido contrário. É natural, porque eu percebo que quem trabalhou sete anos (sete anos!) queira que o seu tempo seja contado, mas ninguém está aqui numa atitude hostil. Isto não há os bons e há os maus. Nós não achamos que os professores são os maus e nós é que estamos certos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Nós estamos aqui numa posição que é difícil, que nós aceitamos ser difícil, nós sabemos de eventuais consequências, mas nós estamos a tomar essa decisão, porque achamos que é essa e nós dizemos isso com a maior das sinceridades, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É nas situações difíceis que sabemos quem sabe governar!

O Orador: ... nós achamos que é essa que melhor defende, neste momento, o interesse público e quem diz o interesse público também diz ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... os seus destinatários, os professores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge.

(*) Deputado Jorge Jorge (PSD): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco César falou nos funcionários públicos na parte que lhe deu jeito e esqueceu-se de dizer que neste momento as carreiras nos Açores já estão descongeladas.

Portanto, os professores também querem as suas carreiras descongeladas.

Não se trata de ser mais ou menos desvantajoso do que o continente. O que se trata (e é isso que os professores lutam) é para terem os seus dias todos congelados, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Descongelados!

O Orador: Descongelados.

... por isso não vale a pena ... não temos nada porque esperar aqui, nos Açores.

O PS não considerou urgente debater o Decreto Legislativo Regional que o PSD apresentou. É preciso recordar isso. Não achou que isso tivesse que ser debatido com urgência, não achou que isso tivesse que ser debatido com urgência, não achou que esta luta dos professores merecia urgência de tratamento.

No entanto, apresenta aqui hoje uma proposta que põe nas mãos do Governo da República a decisão daquilo que se passar nos Açores.

Urgente é não exercer a autonomia, é entregar a educação ao Governo da República.

No entanto, e seguindo os bons exemplos, (eu gosto de seguir os bons exemplos) ontem, o Sr. Deputado José Ávila trouxe, a nível dos transportes, um artigo do Comandante Lizuarte Machado, especialista em transportes.

Eu também trago hoje aqui um artigo de um professor, pedagogo, pensador, escritor, como quiserem, que não é do PSD, sobre a autonomia, que diz assim: “Não entendo esta prática autonómica de esperar pelos outros, para aprender a contar o tempo vivido realmente em profissão. Apenas vejo um contínuo acumular de derrotas desnecessárias para uma coisa que por ser tão óbvia só tem uma hipótese: mais cedo ou mais tarde que é contar de forma acertada todo o tempo de serviço, até porque é evidente, real e justo e é de bom senso. De mau gosto é o que está a passar! *Fiat lux!*” que quer dizer haja luz.

Este artigo do Prof. Manuel Tomás do Pico, que não pode ser confundido com o PSD, reflete bem aquilo que deveria estar a passar nos Açores: exercer a autonomia, acabar com esta luta e com este esgotamento dos professores na luta pelos seus direitos pelos dias em que trabalharam.

Não há uma única razão para esperar por Lisboa. A razão que há é contar efetivamente os dias todos que os professores trabalharam. Não ficaram em casa. Trabalharam!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Francisco César, agradeço-lhe com toda a sinceridade ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... pessoal e democrática a aula em módulos que acabou de me dar.

Bem sei que o senhor queria falar para toda a oposição, mas vá-se lá saber porquê, escolheu-me como protagonista dessa mesma oposição. Não é mau! Não é mau!

Deputado André Bradford (PS): É o farol da oposição!

A Oradora: É um elogio, Sr. Deputado, para mim.

Não sei em que módulo é que nós ficámos, mas provavelmente terei que fazer um exame no final do módulo. Vamos ver se consegui aprender alguma coisa, Sr. Deputado.

Primeiro, que fique clara uma coisa. Não é a autonomia que falhou. Não é a autonomia que está a falhar. A autonomia nunca falha aos açorianos, porque está inscrita na Constituição e no nosso Estatuto.

Quem está a falhar à autonomia são os senhores, peço desculpa.

Deputado André Bradford (PS): Está desculpada!

A Oradora: E não vale a pena confundir as duas coisas.

Portanto, quando o Sr. Presidente do Governo Regional diz que a atitude de estarmos a falar, que não há exercício de autonomia, está a ferir e a dar razão aos centralistas e aos inimigos da autonomia ...

Não, não, não, não!

A autonomia não falha! Neste momento quem está a falhar é o Governo e o Partido Socialista e isto não é dar razão aos autonomistas, nós.

Quem lhes está a dar razão são os senhores, quando se sentam e apresentam um projeto de resolução que diz que o Governo contabilize todo o tempo de serviço docente de acordo com a solução a nacional.

Outra questão, “nós queremos esperar”, diz o Sr. Deputado Francisco César -“nós”, o Partido Socialista e o Governo Regional.

Nós queremos esperar. Com certeza. Absolutamente legítima. É uma opção política, mas nós, neste caso o Bloco de Esquerda, consideramos que o Governo Regional não tem que esperar.

Mais! Consideramos que não deve esperar. Não tem de esperar, ...

Deputado André Bradford (PS): E querem-nos obrigar a achar também!

A Oradora: ... porque têm autonomia, não deve esperar porque tem uma dívida objetiva para com os professores desta Região.

Sras. e Srs. Deputados e sobretudo Sr. Deputado Francisco César:

Não há mais, nem menos. Essa coisa de dizer “nós vamos esperar pelo continente, porque depois aqui fazemos mais e melhor”, Sras. e Srs. Deputados, o que há fazer neste momento é reconhecer sete anos de serviço. Nem mais um dia, nem menos um dia. Não há que esperar por coisíssima nenhuma. Ninguém quer mais, mas ninguém está disposto a abdicar daquilo a que tem direito.

Outra questão: a legitimidade para apresentar um projeto de resolução ao Governo.

Oh, Sras. e Srs. Deputados, faltava agora que algum partido desta Casa retirasse ao Partido Socialista, só porque é o Partido Socialista, ...

Deputado André Bradford (PS): Mas às vezes parece!

A Oradora: Não!

... a legitimidade de recomendar o que muito bem entender ao Governo Regional, mas façam-me o favor, Sras. e Srs. Deputados, mesmo as Sras. e os Srs. Deputados do Partido Socialista de reconhecer que não deixa de ser bizarro que o partido que suporta o Governo recomende ao Governo que faça aquilo que exatamente o Governo está a fazer. É isto que me mete impressão. Não é a iniciativa do Partido Socialista. Faltava agora que fosse!

É bizarro! É estranho! Parece má consciência, parece uma maneira apressada de vir fazer alguma coisa para não ficar tão mal na fotografia. Portanto, com a mesma legitimidade com que os senhores apresentam, é a mesma legitimidade do Bloco de Esquerda para dizer “não deixa de ser bizarro”. Finalmente, esta discussão já dura desde terça-feira às 10 horas da manhã, quando o Bloco de Esquerda ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

Já explico o que quero dizer com isso.

... suscitou nesta Casa um debate de urgência sobre o descongelamento e o reconhecimento do tempo de serviço prestado pelos professores desta Região.

O que eu quero dizer com isto, Sr. Deputado, é que estão mais do que claras as posições de cada partido, mais do que claras as responsabilidades que cada partido nesta Casa tem que assumir, mais do que clara a posição do Governo Regional. Provavelmente sobre esta matéria, até porque o meu tempo a Sra. Presidente acabou de dizer que não tenho mais, não há mais nada a dizer que me ocorra assim neste momento.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De facto, o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É a primeira vez de há alguns anos que aqui já estou, por outras competências, que peço a palavra para falar sobre educação. Não que não tenha tido alguma ligação ao setor desde muito cedo. Alguns saberão. Os meus pais são professores, começaram no Estado Novo, agregados que não

ganhavam nas férias. Portanto, conheço algumas das chamadas injustiças que o sistema tem vindo a perpetuar que, alguns dirão, desde a Constituição de 1822 que no texto inicial previa um país desenvolvido com professores qualificados e bem remunerados, curiosamente, quando passou para o texto da constituição, desapareceu bem remunerados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem lembrado!

O Orador: Infelizmente, ao longo dos anos essa Constituição de 1822 (que é o que eu estou a falar, eu ainda não estava lá nessa altura) efetivamente continua a perpetuar essa injustiça.

Mas há aqui uma coisa, que me parece completamente abusiva, que tem surgido deste debate, que é por um lado há como que uma oposição defensora daquela classe dos professores e das professoras e há umas outras pessoas que por acaso têm neste momento o poder, mas que já não o tiveram bastante tempo, e que não são os defensores dos professores.

Nós não estamos nesta situação com o problema como já foi tentado ser dito aqui da nossa avaliação no ano 2020. Não é essa a nossa preocupação, porque nós já nos submetemos a essas avaliações durante muitos e muitos anos e, portanto, a democracia há-de ser o que for nessa altura. Portanto, não há aqui um truque para 2019 ou 2020 para se resolver essa situação. O que nós acreditamos é que a situação será bem resolvida e se não o for cá estaremos também para assumir essas responsabilidades sem medo do veredito popular, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... nomeadamente dos professores.

Por isso, os senhores devem também perceber que a nossa postura neste debate não é uma postura que esteja ocupada ou preocupada com os próximos atos eleitorais. Nós estamos preocupados em arranjar uma boa solução, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não queremos lições!

O Orador: ... mas nós também sabemos que aqueles que hoje têm paixões de última hora, paixões de *à la minute*, são aqueles que recentemente mandaram, como já foi dito aqui, não só os professores emigrarem para o Brasil ou para Angola, são aqueles que queriam privilegiar a escola privada em detrimento da escola pública, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... que queriam contratos independentes e queriam os cheques de ensino, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os senhores fizeram pior! Os que ficaram foram sacrificados!

O Orador: ... são esses mesmos que agora se arvoram aqui nos paladinos de uma classe.

Nós não temos medo do nosso património. Nós pensamos que aqueles que têm problemas de consciência com o seu património vêm aqui invocar situações para tentar usar a emoção contra a razão, mas não tenham preocupações, porque a vossa preocupação devia ser em insistir e tentar perceber porque é que nos anos que não poderiam e não deveriam ter sido muito maus para os funcionários públicos e para os professores, em particular, porque foi nessa altura que efetivamente os professores estavam a sofrer mais e precisavam de mais ajuda e não houve nenhuma sensibilidade nessa altura ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Qual sensibilidade! Não tem de haver sensibilidade. Tem de haver justiça!

Deputado Jorge Jorge (PSD): Os senhores negociaram com a Troika!

O Orador: ... para resolver fosse o que fosse. Nenhuma sensibilidade para resolver as questões dos cortes do IVA, de menos 1.300 milhões para o setor do ensino, de situações que tinham a haver ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... com todas aquelas situações que Passos Coelho anunciou antes das eleições e que depois fez tudo ao contrário. Isso é que é a vossa má consciência para não terem confiança na solução que vai ser construída ao longo deste tempo.

Nós estamos, mais uma vez, de consciência tranquila e sem medo do veredito popular.

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(* **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É bom. Quem incomoda convém sair.

Sras. Deputadas, eu gostaria apenas aqui de intervir neste debate, nesta altura, para três notas no que respeita a este projeto de resolução apresentado pelo Partido Socialista que nós acreditamos ser aquele que melhor irá acautelar os interesses dos professores açorianos.

A primeira nota é que se vê desde terça-feira é a seguinte: parece-nos que aquele que é o património do Partido Socialista, muito em particular em 2008, incomoda os partidos da oposição. Incomoda porque sabem que o Partido Socialista em 2008 resolveu o problema relativo ao congelamento de carreiras e desde terça-feira até hoje perceberam o que é que estava aqui em causa, de terça-feira até hoje perceberam a coerência do Partido Socialista.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Não sei se os professores perceberam!

A Oradora: Portanto, este é o grande incómodo dos partidos da oposição.

Segunda questão: lutar pelos professores, sim! Nós estamos aqui para lutar pelos professores, inclusive também pelos funcionários públicos.

Eu gostava de trazer aqui uma situação que relembra a desconsideração que certos governos tiveram pelos funcionários públicos, quer das carreiras gerais, quer das carreiras especiais e sim, Sra. Deputada Zuraida Soares, com todo o respeito que lhe tenho pela sua posição e não só, devo dizer que sim, o Partido Socialista está a lutar pelos professores; sim, o Partido Socialista está a lutar pela reivindicação dos professores, mas queria aqui lembrar o seguinte e passo a citar: “Portugal não pode regressar ao nível salarial, nem ao nível remuneratório das pensões de 2011 e, portanto, os salários e pensões têm de ser cortados de forma permanente.”

Passos Coelho disse isso. É o mesmo partido que hoje vem aqui dizer que se deve repor remunerações, deve-se repor tempo de serviço.

Deputado Manuel Pereira (PS): Em 2014!

A Oradora: Esta é a contradição que o PSD traz a esta Casa perante um projeto de resolução ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... que o Partido Socialista traz aqui e que nós temos a certeza, a confiança que irá correr bem.

Esta é a palavra que nós deixamos a todas as Sras. e Srs. Professores, é que o projeto de resolução que o Partido Socialista aqui apresenta, garantindo o acautelar dos interesses dos professores no que diz respeito ao tempo congelado, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Não precisa estar zangada!

A Oradora: ... no fim deste processo sairá bem e este é o receio da oposição, porque sabem que efetivamente o Partido Socialista tem uma solução ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Mas qual é a solução?

A Oradora: ... e que ela será benéfica para os açorianos.

Esse é que o vosso problema. É terem receio que nós tenhamos uma boa solução para os professores e os professores podem contar com esta solução, que é uma solução que no fim o processo correrá bem.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(* **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tivemos agora duas intervenções da bancada do Partido Socialista que muito reiterou “vamos arranjar uma boa solução, temos uma boa solução”.

Mas qual é a boa solução?

Porque a boa solução é a recuperação integral do tempo de serviço. É isso que os docentes reivindicam e é isso que pretende aprovar.

Conforme ontem foi referido pela vossa bancada, pretendem apelar à confiança do Partido Socialista, mas a verdade é que têm mesmo de apelar à confiança do Partido Socialista, sabem porquê?

Porque há vários testemunhos socialistas que até já percorrem e se difundem nas redes sociais.

Deputada Sónia Nicolau (PS): O que é que a senhora dizia em 2008 quando esperou pelo processo nacional?

(Diálogo entre as bancadas)

A Oradora: Há vários testemunhos socialistas, nomeadamente de ex-governantes, ex-autarcas do Partido Socialista, a manifestar a sua insatisfação, a insurgirem-se contra a posição do Partido Socialista e convém aqui relembrar testemunhos desta semana, fruto da postura do Grupo Parlamentar e do Partido Socialista.

“A deputada, nossa colega, disse que é justa a nossa luta. Então resolva já, pois tem poder constitucional para o fazer e esperar para quê?”

Deputado André Bradford (PS): Quem disse isso?

A Oradora: “Digam a verdade: se fosse um governo de direita já estavam a fazer algo. É isto que não suporto na política: cinismo!”

Querem outro testemunho?

Vou ler um bocadinho.

Deputado André Bradford (PS): Gostava de saber quem são as pessoas!

A Oradora: “Não sei se ria, não sei se chore. Depois de semanas de luta nas escolas da Região, depois de diversas vigílias e manifestações dos professores reclamando que se aplique a autonomia dos Açores, incluindo ontem em frente à ALRAA, vem hoje o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentar na Mesa da ALRAA o projeto de resolução.

Na minha modesta e humilde opinião, é um autêntico e descarado gozo, desconsideração e falta de respeito pelos professores dos Açores, com a agravante de estarem a atingir todas as comunidades educativas, porque ainda não perceberam a dimensão da tragédia em matéria de educação na Região.”

Na verdade, têm de lutar pela confiança no Partido Socialista que nem essa estão a conseguir obter.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Daqui a uns meses falamos!

Deputado Francisco Coelho (PS): Gosto mais do poema da Deputada Zuraida!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que nesta altura do debate já todos os argumentos foram despendidos, julgo eu, ou boa parte deles. Já toda a gente percebeu a posição de cada um. Nós fizemos o nosso melhor para esclarecermos a nossa, mas há só duas notas que eu gostava de deixar, até num espírito de encerramento feliz e tranquilo deste debate.

A primeira, respondendo à Sra. Deputada Maria João Carreiro, é que nós somos um partido plural, onde as pessoas nem sempre se revêm, os militantes nem sempre se revêm nas decisões que os órgãos do partido decidem tomar e numa democracia as pessoas encontram os meios que acham mais adequados para manifestar a sua posição e a sua vontade, seja ela a favor ou contra o seu próprio partido e no caso do PS isso é possível.

A senhora conhece relativamente bem o PS, terá tido oportunidade de o fazer também. Por exemplo, em 2008, a senhora dizia o seguinte: “Enquanto outros navegam nas águas turvas do desconhecimento, ou nas águas agitadas da ignorância, nós, PS, com convicção e com ambição continuaremos a apresentar as melhores soluções para a educação.”

Pronto, a senhora nesta altura achava isto, agora já não acha.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, é tudo legítimo. Eu próprio já mudei de posição várias vezes e isso faz parte do processo político e não é um argumento, não deve ser um argumento.

Para finalizar, Sra. Deputada Zuraida Soares, confesso que fiquei incomodado com o poema dos pássaros e da gaiola que dirigiu a esta bancada.

No fundo, o que a senhora quis dizer foi que nós eramos todos papagaios dentro de uma gaiola e eu lembrei-me de um texto ... além de não ser muito elegante, é uma poesia com a qual eu não concordo, mas lembrei-me a esse propósito de um texto que também fala de pássaros e que talvez explique, porque é que nós somos o que somos e funcionamos como funcionamos. É um texto budista e que diz assim: “Quando impera a concórdia entre os pássaros, eles destroem a armadilha; quando entre eles vinga a discórdia, caem presa da armadilha.”

E nós não caímos presos na armadilha, Sra. Deputada.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Informo que o PS esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima que não está. Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estive a assistir a este debate no sentido de saber se o Partido Socialista introduzia alguma temática (porque é por isso que apresentou o projeto de resolução, presumo, é porque tinha qualquer coisa de novo para dizer) e se promovia aqui alguma novidade no âmbito do discurso que tem realizado ao longo destes dias sobre esta matéria da recuperação do tempo de serviço dos docentes. Vejo que não!

O que é que nós tivemos?

Tivemos uma espécie de sermão de St. António aos Peixes que o Sr. Deputado Francisco César decidiu realizar, é evidente que com menos brilhantismo do que o Padre António Vieira, mas evidentemente o Sr. Deputado terá descoberto que realmente os peixes têm algumas características únicas, mas que os professores têm algumas características que os superam, porque, por exemplo, os peixes, dizia o Padre António Vieira, “ouvem e não falam”.

O que acontece e o que demonstrou esta luta dos professores é que os professores ouvem e falam. Essa é uma diferença fundamental que contraria o seu sermão.

Depois há outra coisa que é absolutamente fundamental e aí sim os professores são parecidos com os peixes, é que dizia o Padre António Vieira que os peixes não se deixam domesticar e os professores também não, apesar da coação a que foram sujeitos e das ameaças de processos disciplinares.

Portanto, o seu sermão estava errado, Sr. Deputado Francisco César, até nas datas históricas, porque diz o senhor “em defesa da autonomia nós temos aqui os nossos pergaminhos.”

Aquela bandeira que ali está não foi votada pelo Partido Socialista. A bandeira da Região Autónoma dos Açores os senhores abandonaram a sala de plenário quando se procedeu à votação da bandeira dos Açores. É um pecado original que continua na vossa folha de serviço em relação à autonomia.

Por isso, meus senhores, o que eu lhes quero dizer, ...

Dizia o Sr. Deputado Francisco César também “mas qual é a pressa?”

Que é uma coisa que se utiliza muitas vezes no Partido Socialista: “Qual é a pressa? Qual é a pressa?”

Vou lhe dizer: 1.300€, vinte e tal anos de serviço. Pressa! Há pressa! Há pressa, porque os senhores diziam aqui há pouco tempo nas audições da

Saudaço, quando se perguntou: “Temos aqui vencimentos na ordem dos 2.500€. Como é que isto se explica, estes vencimentos de 2.500€?”

“Ah, porque são todos licenciados.”

Deputado Francisco César (PS): Isso é falso!

O Orador: São todos licenciados. Estes técnicos são todos licenciados.

Bom, os professores também são todos licenciados.

Os professores também são todos licenciados e ganham com vinte e tal anos de serviço 1.300€.

Portanto, meus senhores, qual é a pressa?

O senhor não tem pressa. Lá saberá as razões.

Muitos Membros do Governo também não têm pressa. Lá saberão as razões porque não têm pressa, mas eu sei porque é que professores têm pressa de ver recuperado o seu tempo de serviço com os ordenados de miséria que atualmente usufruem e até em comparação com outras situações.

Devo-lhe dizer também, Sr. Deputado, e em relação às intervenções que a bancada do Partido Socialista realizou, é importante dizer aqui o seguinte: os senhores em nenhum momento se comprometem (volto a repetir, mas tenho que repetir perante a evidência das vossas posições), dizem com a recuperação integral dos sete anos de serviço, em nenhum momento o fazem, em nenhum momento assumem esse compromisso e esta é que é a questão fundamental. Esta é que é a questão fundamental!

Depois, os senhores (já disse isso noutro debate, mas vou repetir) ...

Eu tenho aqui a proposta da Região Autónoma da Madeira.

A vossa proposta diz o seguinte: “Nós vamos ficar melhor do que a Região Autónoma da Madeira” e isto é uma impossibilidade.

Só é uma possibilidade a partir do momento em que os senhores recuperarem todo o tempo de serviço. Se a Madeira se comprometeu a recuperar todo o tempo de serviço, como é que os Açores vão ficar melhores que a Madeira

nesta área, da recuperação de tempo de serviço, se não recuperarem todo o tempo de serviço?

Só há uma possibilidade para os senhores cumprirem o projeto de resolução que se preparam para aprovar. Qual é?

É que vão recuperar os sete anos de serviço e vão recuperar mais depressa. É a única solução.

Então se é assim, dizia agora aqui um Sr. Deputado do Partido Socialista, então escreva aqui que recuperam os sete anos de serviço e mais depressa do que a Região Autónoma da Madeira.

Então pergunto eu! Então porque é que não escrevem se é esse o seu objetivo?

Sr. Deputado, e então? Pode abanar com a cabeça!

Então escrevam. Se é esse o vosso objetivo, escrevam. Sabem porquê?

Porque as palavras levam-nas o vento, mas as coisas que estão escritas comprometem-nos e, portanto, os senhores assumam esse compromisso. Assumam o compromisso! Vamos recuperar integralmente o tempo de serviço docente, vamos recuperar os sete anos e os senhores não o fazem.

Os senhores dizem: “E em relação à Madeira vamos fazer melhor que a Madeira.”

A única forma de fazer melhor do que a Madeira ... A Madeira recupera em sete anos. Então para fazerem melhor do que a Madeira têm de recuperar mais depressa, têm de recuperar todo o tempo de serviço e mais depressa e os senhores não assumem esse compromisso.

Quero dizer-vos, para terminar esta intervenção, que é lamentável que o Partido Socialista ao longo deste debate tenha apresentado argumentos exclusivamente de carácter partidário, porque o Partido Socialista é o melhor, porque o Partido Socialista é isto e aquilo ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): É um atentado ao património do PS!

O Orador: Nós o que temos de ter no âmbito deste discurso é um discurso institucional, porque como Vs. Exas. bem sabem a abstenção está a aumentar muitíssimo na Região Autónoma dos Açores e sabem porque é que isso está a acontecer?

Porque as pessoas se sentem instrumentalizadas no âmbito do debate político, porque as pessoas sentem e os professores devem estar a sentir isto neste momento que os políticos só se preocupam em resolver as suas questões no âmbito do dever e haver dos votos e é isso que destrói a credibilidade das instituições e dos partidos.

O que nós temos de ter é um compromisso com a justiça e o compromisso com a justiça é fácil de assumir a partir do momento em que o Partido Socialista diz que é justo.

Ouçam! Nós aqui, neste Parlamento, defendemos o interesse geral e fundamentalmente votamos sempre a favor das coisas justas.

Se é justo tem de ser votado favoravelmente.

Se é justo tem de ser votado favoravelmente!

E o Sr. Secretário da Educação que esteve ali o debate todo a tentar esconder-se, camuflar-se no âmbito deste debate, o Sr. Secretário já disse: “Não, não tenho nenhum problema com o dinheiro. O dinheiro não é nenhum problema. O dinheiro para mim ... Não, nada!”

Então se não é o dinheiro e se não é a justiça desta luta, então o que é?

O que é que explica que os senhores não assumam esse compromisso?

Eu já aqui disse e vou repetir que o que justifica a vossa posição é a obediência cega dos interesses partidários do Partido Socialista no continente.

O Partido Socialista no continente não suporta ter um governo socialista na Região Autónoma dos Açores a dizer que irá recuperar integralmente o

tempo de serviço. Estão a ser utilizados como moeda de troca os professores no âmbito deste debate. Só por isso!

Digo-vos uma coisa: os argumentos são todos válidos, mas há um que não é válido, é quando é o interesse partidário. Quando é um interesse só de um partido, esse interesse não vale, porque nós estamos aqui a defender um interesse geral da Região Autónoma dos Açores e, portanto, o que os senhores estão a fazer é a instrumentalizar os professores dos Açores aos interesses do Partido Socialista no território continental.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Vocês é que estão a fazer isso!

O Orador: Depois, Sr. Presidente do CDS-PP, o Sr. Presidente lançou aqui um desafio que considero que é fundamental e que lhe vou dizer já que lhe dou uma resposta afirmativa.

O desafio é que todos os partidos da oposição (estamos apenas a dois deputados de termos nós a maioria em relação ao Partido Socialista) – PSD, PPM, CDS, Bloco de Esquerda e PCP – assumam antes das eleições (vejam bem, antes das eleições) que nós, estes cinco partidos, se obtivermos uma maioria neste Parlamento nós vamos resolver esta questão e vamos recuperar integralmente o serviço. Tem de ser feito antes, assinado por estes cinco partidos. Esse é o nosso compromisso em relação a esta matéria por cima de qualquer outro equilíbrio que se venha a reconhecer depois de 2020, acima de todas as questões ideológicas, da separação entre a esquerda e a direita, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente termino já.

... porque aquilo nos une à esquerda e à direita destes partidos, estes partidos da esquerda e da direita, é que a luta dos professores é justa e por isso Sr. Deputado o seu desafio é um desafio generoso.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma encenação!

O Orador: É um desafio generoso, em que não existe a tentativa de se apropriar deste tema por algum partido. Estão aqui partidos de esquerda e de direita.

O que é importante é que não se pense ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina, Sra. Presidente.

... no interesse dos partidos, de cada um destes partidos, mas que se tenha a generosidade de pela primeira vez juntarmos a esquerda e a direita deste Parlamento e assumirmos antes das eleições que nós, se tivermos mais deputados do que o Partido Socialista, recuperamos integralmente o tempo de serviço dos docentes a partir de 2020 quando os senhores perderem essa maioria absoluta que é o que explica a vossa arrogância.

Presidente: Calma, Sr. Deputado. Calma!

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

O Sr. Deputado Francisco César pede a palavra para?

Deputado Francisco César (PS): Para uma intervenção.

Fomos interpelados, naturalmente queremos responder.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, dar-lhe-ia a palavra se a bancada ainda tivesse tempo, mas já não tem tempo.

Deputado Francisco César (PS): Ah, então fomos interpelados sem ter possibilidade de responder.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Ontem, aqui, entendi (e já o disse aqui hoje) que a melhor forma de chegarmos a um bom caminho, a uma boa solução era de facto estarmos todos unidos num objetivo.

O Sr. Deputado André Bradford estava distraído ontem naturalmente ou não ouviu naturalmente, porque sei que também não me ouve de vez em quando e o que eu disse aqui ontem, eu lancei aqui aquilo que eu chamei a um compromisso de oposição. Não é um compromisso do Governo. É um compromisso da oposição para este caso, ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor acha que vai demorar até 2020 para resolver essa situação?

O Orador: ... para esta situação, de todos os partidos que estão aqui na oposição, se tiverem maioria parlamentar para isso, comprometerem-se a aprovar todo o tempo de serviço e a contabilizar (dos professores) ... Foi isso que eu disse.

Portanto, disse-o, repito, sublinho e enfatizo.

Eu não quero liderar. Pode ser o Bloco de Esquerda a liderar, pode ser o PCP a liderar, pode ser o PSD a liderar, pode ser quem queira liderar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não importa as lideranças!

O Orador: O que interessa aqui é uma união de esforços, o que interessa aqui é repor a justiça. É uma questão de justiça e para isso acho que esta oposição se une em torno de uma causa nobre. Justiça, que é o que precisa! Agora devo dizer uma coisa e é verdade o que disse aqui o Sr. Deputado Paulo Estêvão aquando da audição da Saudaçor e por mim questionado e perguntado sobre os vencimentos dos funcionários da Saudaçor e foi dito pela Sra. Presidente da Saudaçor que os vencimentos eram daquela ordem e daquele valor porque eram todos licenciados.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a ordem?

O Orador: Pois os professores são todos uns analfabetos e por isso não merecem ser pagos.

Deputado Carlos Silva (PS): A afirmação é sua!

O Orador: Eram todos licenciados e, portanto, os professores também são todos licenciados e devem ser tratados pela mesma bitola.

Agora, assistimos aqui a duas lições de sapiência por parte da bancada do Partido Socialista, mas Srs. Deputados nem nós, deputados desta Casa, e muito menos os professores que nos estão a ver e a ouvir, vieram aqui para receber lições ou estão a ouvir-nos para receber lições. O que eles querem é que lhes sejam pagas as lições que eles deram e que vão dar. É isso que eles querem. Que lhes seja justamente pago o seu trabalho, que é dar as suas lições. É isso que os professores querem que os senhores não querem.

Depois há outra coisa que é absolutamente hilariante nesta proposta do Partido Socialista (e é sobretudo hilariante) é a fé que os senhores colocam em nada e esta profissão de fé vinda de uma bancada laica é absolutamente hilariante. É absolutamente hilariante!

Vindo de quem prega o laicismo vir aqui proclamar a fé, estamos conversados nessa matéria.

Se me permitem e não se ofendam (não é essa a minha intenção), mas eu devo dizer que os senhores para o resultado desta vossa resolução em que fala da especificidade regional ... “atendendo às especificidades regionais” os senhores nunca disseram o que é ...

O que é?

Precisam explicar.

Deputado André Bradford (PS): É o que é específico da Região!

O Orador: ... os senhores acho que recorreram a uma inspiração para fazerem o vosso projeto de resolução, recorreram a uma celebre personalidade ... Zandinga.

Deputado Francisco Coelho (PS): Era militante do PSD!

O Orador: Quer dizer, os senhores têm uma resolução, mas ninguém sabe o que é que vai acontecer.

Portanto, perguntem a Zandinga, porque ele nunca acertava em nada e a vossa resolução é a mesma coisa: é tudo e nada e não serve para nada. Essa é a vossa resolução. Zandinga tinha essa mesma filosofia de vida.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(* **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caro Colega:

Não era minha intenção voltar a intervir neste debate, até porque as posições de todos estão absolutamente claras, mas não posso deixar de o fazer depois da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão que acho que é bem demonstrativa daquilo que está aqui em causa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Diga!

O Orador: Foi preciso passar quase uma semana de debates em torno da questão da educação e dos docentes para que percebêssemos afinal aquilo que estava em causa.

Veja-se bem: é que acusou-nos o PPM e alguns partidos de estarmos a instrumentalizar os professores com as relações ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que nos acusaram!

O Orador: Sr. Deputado, se o quiséssemos fazer teríamos chegado aqui e dizíamos: “Vamos contar já o tempo de serviço. Vamos a isso, em frente.”

Isso é que seria instrumentalizar os professores ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): O António Costa não deixa!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Lisboa não deixa!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... e nós com a responsabilidade que se impõe tomámos a posição que se impõe nesta matéria.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Mas a minha intervenção é para denunciar uma questão que me parece importante. Veja-se o seguinte: o Sr. Deputado Paulo Estêvão acusa-nos de instrumentalizar os professores, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim!

O Orador: ... diz que não quer instrumentalizar os professores, mas imediatamente a primeira coisa que faz a seguir de dizer isto é fazer contas sobre o número de deputados, sobre aumentar deputados, tirar deputados, fazer coligações contra o PS, contra o Governo e criar a instabilidade política na Região que era negativa para os professores e para os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está enganado!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, esta intervenção final do Deputado Paulo Estêvão foi claríssima e nós, quem nos ouve, a comunicação social, quem está naquela galeria legitimamente a ouvir este debate que é importante e fundamental para si, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro! Era só o que faltava que não pudessem estar!

O Orador: ... ficou absolutamente esclarecido: aquilo que move o PPM e aquilo que move a oposição nesta questão são os votos, são as contas eleitorais, são o derrube do PS, são o derrube do Governo e são as eleições. Com o Governo não contam para essa contabilidade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Sras. e Srs. Deputados!

(* Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar nota de qual é a posição do PSD de novo, porque pelos vistos parece que para o Sr. Secretário Regional, Berto Messias, isso não terá ficado claro.

Aquilo que o PSD/Açores defende é que se encontre uma solução autonómica, justa e sensata para os professores.

Não estamos a fazer contas eleitorais, nem a pensar em 2020.

Deputado André Bradford (PS): Então não faz parte da coligação!

O Orador: Estamos a cumprir aquilo que é a nossa responsabilidade como maior partido da oposição, que é ser responsáveis e propor e propusemos exatamente com responsabilidade e com muita sensatez, mas também fazendo uso das nossas competências autonómicas.

Já lembrei outro dia e já foi lembrado hoje. O Partido Socialista tem um grande património autonómico e eu reconheço.

O Partido Socialista (repito) tem um grande património autonómico, mas todos temos os nossos pecados e há um pecado muito grande do Partido Socialista apesar do seu património autonómico: de facto, não só não votou, como abandonou a sala quando foram votados os símbolos autonómicos, aquela bandeira e o hino. E digo de novo hoje, aqui: não abandonando a sala, mas propondo exatamente esta resolução e sendo únicos a votar esta resolução é mais uma nódoa que fica no património autonómico do Partido Socialista, uma grande nódoa que fica no património autonómico do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eu sei que os senhores hoje não teriam abandonado a sala na votação dos símbolos autonómicos, mas também sei, estou convicto, que daqui a algum tempo vão arrepender-se desta nódoa terrível que deixam no património autonómico, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Os senhores é que se vão arrepender!

O Orador: ... quando entregam uma competência da nossa autonomia por razões político partidárias e subjugam os interesses da autonomia, a justiça dos professores, ao interesse partidário do Dr. António Costa. Esta é uma marca que vos vai ficar.

A seguir, em setembro ou outubro, vamos tirar a prova dos nove.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Cá estaremos!

O Orador: Vamos fazer a prova do algodão e se usando as competências deste Parlamento os senhores vão votar o Projeto de Decreto Legislativo Regional do PSD que, com justiça e sensatez, propõe que de 1 de janeiro de 2019 durante cinco anos há a cadênciã de um ano e meio por cada ano civil se recupere o tempo de serviço dos professores.

Terão ainda uma oportunidade.

Esta nódoa não se apagará, mas se votarem a favor do Projeto de Decreto Legislativo Regional do PSD poderão melhorar um bocadinho essa vossa imagem e poderão de uma vez por todas resolver um problema de justiça com sensatez para os professores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Não estava Sr. Deputado, mas se quer inscrever tem a palavra.

(Aparte inaudível)

Presidente: Não, o Sr. Deputado falou imediatamente antes ao Sr. Secretário Regional. Não vi que se tivesse inscrito depois, mas tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Agradeço a dica, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, Sr. Deputado Bradford, mas eu ainda digo aquilo que quero e me apetece, não aquilo que o senhor quer que eu diga.

Muito bem e muito obrigado.

Sr. Secretário, Sr. Membro do Governo:

Já ouvimos aqui um comício ali, um comício acolá, mas essa sua intervenção comicieira não dignifica o Governo Regional dos Açores e muito menos o seu caso.

V. Exa. sabe fazer melhor e já fez melhor nesta Casa, mas vir aqui acusar os outros de projetos eleitoralistas e de fidelizar eleitorado é aquilo que eu às vezes faço aos senhores e que os senhores se ofendem todos, ficam todos ouriçados na bancada e o senhor tem o distinto desprante de vir aqui fazer isso. Enganou-se no alvo. O senhor deveria querer dirigir-se para ali e apontou para aqui, mas não é. É para ali que o senhor tem de falar.

Subsidiodependência, o caritativismo, o rendimento mínimo, o por as pessoas dependentes da esmola ... Isso é próprio do vosso Governo e da vossa maioria, não é deste lado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Nós vamos resolver as coisas e os senhores continuam a não querer entender!

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Secretário Regional da Educação, o que os senhores vêm aqui oferecer aos professores dos Açores eles já não acreditam, nem eles, nem nós, porque nós já não acreditamos, nem eles, nem nós ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Os senhores nunca acreditam!

O Orador: Sr. Secretário, Sras. e Srs. Deputados, o que os senhores vêm aqui oferecer aos professores hoje eles não acreditam, nem eles, nem nós, porque eles não acreditam, nem nós, já não há amanhã que cantam, Sr. Secretário Regional. Já não há amanhã que cantam! Já ninguém acredita nisso.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação deste projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução apresentado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Orgulhosamente sós!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que da parte da Representação Parlamentar do PPM votámos contra esta iniciativa do Partido Socialista, porque ela não se comprometia efetivamente com o tempo de recuperação dos docentes.

Devo também dizer nesta matéria que considero que esta não é uma assunção de responsabilidades que tem sobretudo a ver com uma situação de arrogância.

Eu não podia votar a favor uma iniciativa que não assume responsabilidades, não podia votar a favor uma iniciativa que se baseia sobretudo na existência de uma maioria absoluta e por isso é que eu considerei e fiz aqui essa referência que a maioria absoluta é um obstáculo a que muitas vezes sejam encontradas situações de justiça.

Devo também dizer neste debate, e por isso votei contra, que o Governo não contribuiu para o esclarecimento da proposta e da iniciativa do Partido Socialista.

Antes da intervenção que o Sr. Secretário Berto Messias realizou, tenha-se em conta o seguinte: o Secretário Regional da Educação e Formação não fez uma única intervenção sobre a proposta do Partido Socialista. Isto diz tudo, é absolutamente esclarecedor que o Governo não tenha entrado no debate da substância e que não tenha assumido nenhum compromisso em relação à vossa proposta.

Nos anais da história deste Parlamento o que ficará, meus senhores, é a vossa proposta e sabem qual foi a frase em que o Governo se desresponsabilizou com a vossa iniciativa e assumiu algum tipo de compromisso em relação à vossa iniciativa?

Nenhuma frase. Não ficou absolutamente nada em relação a assumir qualquer tipo de responsabilidade por parte do Governo.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, está no âmbito da declaração de voto.

O Orador: Termino, dizendo o seguinte: lamento também neste debate (e foi muito esclarecedor e teve uma grande importância para o sentido de voto que eu aqui concretizei) que o Governo, principalmente o Sr. Secretário Berto Messias, não estivesse à altura das suas responsabilidades institucionais. Fez uma intervenção não apenas sobre a substância, esclarecendo as dúvidas que eu tinha sobre a proposta ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, os nossos trabalhos estão a terminar. O senhor sabe que não pode no âmbito da declaração de voto interpelar outras bancadas, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente, única e exclusivamente dizendo isto: uma coisa é o Governo, outra coisa é o Partido Socialista e essa diferença tem que ser uma diferença que nesta câmara tem de ficar bem estabelecida. Meus senhores, votei contra. Votei contra esta iniciativa do Partido Socialista, porque ela não resolve efetivamente a questão.

Os senhores não assumiram nenhum compromisso em relação à recuperação integral do tempo de serviço. Não poderia nunca votar favoravelmente uma proposta que não assume esse compromisso e isto parece pouco, mas é tudo o que conta neste debate.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar a ler a proposta de deliberação final.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para?

(Aparte inaudível)

Presidente: Como ninguém se inscreveu fui ler a proposta de deliberação final, mas muito bem, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma governação responsável não é sinónimo de iniciativas e pregões que oportunisticamente se recorre para negar os problemas ou baixar a contestação política ou social.

Esta maioria sem rumo e sem rasgo vem aqui hoje apresentar uma iniciativa baseada na indefinição e na imprevisibilidade. É uma maioria laica e republicana a contradizer-se. O que trazem aqui não é uma certeza, não é um compromisso com os professores. A única coisa que nos apresentaram para tentar apaziguar o drama dos professores é uma profissão de fé da vossa parte em que ninguém acredita e, por isso, convictamente votámos contra esse vosso projeto de resolução e contra a vossa iniciativa, ...

Deputado André Bradford (PS): A gente acha que a fé é que nos salva!

O Orador: ... porque ela não tem consequência absolutamente nenhuma a não ser ganhar tempo e prejudicar quem está à espera que lhe contem justamente o seu tempo de serviço.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Se existem mais intenções de declaração de voto agradeço que se inscrevam agora.

Não há mais inscrições.

Então, agora sim, vou passar a ler a proposta de deliberação final: **A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de julho.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta da Mesa foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Uma boa tarde a todos e um bom regresso a casa.

Eram 13 horas e 42 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

Mónica Reis Simões Seidi

Documentos entrados

1 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: **Procede à reestruturação da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E., da Direção Geral de Energia e Geologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia - ME - (Reg. DL 333/2017) – n.º 87/XI-GR**

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 07 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 25.

2 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo dos Açores que contabilize o tempo de serviço docente de acordo com a solução nacional, tendo em conta as especificidades regionais / Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão – n.º 114/XI](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2018 –07– 18

Data limite de parecer:

Assunto: [Aumento da capacidade de aproveitamento, reserva e distribuição de água para a agropecuária – n.º 113/XI](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 –07– 17

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2018 – 09 – 13;

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que, ao abrigo do art.º 19 da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e das competências que constitucional e estatutariamente lhe estão conferidas, inicie o processo negocial com os sindicatos representativos dos docentes nos Açores para o seu reposicionamento na carreira – n.º 112/XI](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2018 –07– 16

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: 2018 – 09 - 13

3 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Tarifa Especial “Maré Baixa” da Atlânticoline deixa de fora os passageiros do Triângulo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17

Referência: 54.01.00 – N.º 476/XI;

Assunto: [Para quando a iluminação do troço Estrada Regional 1-2.ª à entrada da Vila das Velas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17

Referência: 54.01.05 – N.º 441/XI;

4 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter à Mesa da ALRAA um Relatório sobre matéria de interesse Regional – Estado do Ensino Profissional nos Açores

Proveniência: Duarte Freitas (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Congratulação – Celebração do dia de Portugal nos Açores

Proveniência: Casa Civil do Presidente da República

Data de Entrada: 2018 – 07 – 19;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Pesar – Pelo falecimento de Ermelindo dos Santos Machado Ávila

Proveniência: Rui Pedro Ávila

Data de Entrada: 2018 – 07 – 19;

5 – Relatórios:

Assunto: [Audição n.º 156/XI - Projeto de Lei n.º 845/XIII/3.ª \(PCP\) - Garante a atribuição do abono para falhas a todos os trabalhadores da Administração Pública que desempenhem funções de manuseamento de valores, numerário, títulos ou documentos \(Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de janeiro\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 07 – 18;

Assunto: [Audição n.º 159/XI - Proposta de Lei n.º 131/XIII/3.ª \(GOV\) – Altera a Lei das Finanças Locais](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 07 – 18;

Assunto: [Audição n.º 163/XI - Projeto de Lei n.º 883/XIII/3.ª \(BE\) - Reforça a autonomia financeira dos municípios e introduz medidas de justiça nos impostos municipais \(7.ª alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e 33.ª alteração ao CIMI\)](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17;

Assunto: [Audição n.º 169/XI - Projeto de Lei n.º 890/XIII/3.ª \(PSD/PS\) – Cria a comissão independente para a descentralização](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 07 – 17;

Assunto: [Audição n.º 172/XI - Projeto de Lei n.º 898/XIII/3.ª \(PAN\) – Altera a Lei geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 07 – 18;

Assunto: [Audição n.º 173/XI - Projeto de Resolução n.º 1679/XIII/3.ª \(PAN\) – Recomenda ao Governo que crie uma carreira especial dos Vigilantes da Natureza](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 07 – 19;

Assunto: [Audição n.º 179/XI - Projeto de Resolução n.º 1707/XIII/3.ª \(PCP\) – Recomenda a contratação de Vigilantes da Natureza e a valorização da carreira, cessando a indefinição existente quanto ao seu futuro](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 07 – 19;

Assunto: [Audição n.º 180/XI - Projeto de Lei n.º 917/XIII/3.ª \(PEV\) –
Procede ao regime de férias na Função Pública, consagrando o direito a 25
dias úteis de férias e as majorações em função da idade](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 07 – 19;

6 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária o Diário da Assembleia n.º 60, bem como as Separatas n.º 6/XI e 7/XI.

Os Redatores, Ana Machado e André Silva